

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

MARINA BARROS DE ABREU

SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA CRIATIVA E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
um estudo sobre a Rede Fitovida e a relação entre meio ambiente e cultura.

Niterói - RJ
2014

MARINA BARROS DE ABREU

SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA CRIATIVA E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
um estudo sobre a Rede Fitovida e a relação entre meio ambiente e cultura.

Monografia apresentada ao Curso de
Produção Cultural da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador:
Prof. Dr. Wallace de Deus Barbosa

Niterói - RJ
2014



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato:

Matrícula: 209.33.042

MARINA BARROS DE ABREU

Título do Trabalho:

SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA CRIATIVA E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A REDE FITOVIDA E A RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E CULTURA

Orientador: **Dr. Wallace de Deus Barbosa**

Categoria: **Monográfica**

Data da Apresentação: **27.11.2014**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Dr. Wallace de Deus Barbosa**

2º Membro: **Dra. Rossi Alves Gonçalves**

3º Membro: **Me. Flavia Lages de Castro**

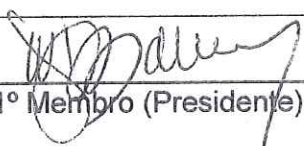
AValiação:

Análise / Comentário

O trabalho aborda um tema relevante e oportuno para o campo da Produção Cultural, valendo-se de um adequado referencial teórico e explorando um estudo de caso promissor para o desenvolvimento de pesquisas futuras, em nível de pós-graduação.

Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

ASSINATURAS


1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A162 Abreu, Marina Barros de.

Sustentabilidade na economia criativa e na economia solidária: um estudo sobre a Rede Fitovida e a relação entre meio ambiente e cultura / Marina Barros de Abreu. – 2014.

63 f.

Orientador: Wallace de Deus Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2014.

Bibliografia: f. 59-63.

1. Economia. 2. Criatividade. 3. Economia solidária.
4. Desenvolvimento sustentável. 5. Meio ambiente. 6. Cultura.
7. Desenvolvimento. I. Barbosa, Wallace de Deus. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.
III. Título.

CDD 330

MARINA BARROS DE ABREU

SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA CRIATIVA E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
um estudo sobre a Rede Fitovida e a relação entre meio ambiente e cultura.

Monografia apresentada ao Curso de
Produção Cultural da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

_____ de novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Wallace de Deus Barbosa
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Pós-Dra. Rossi Alves Gonçalves
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Me. Flavia Lages de Castro
UFF – Universidade Federal Fluminense

Niterói – RJ
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a tudo e a todos, que mesmo indiretamente conspiraram pela construção deste trabalho, em especial meus pais Leôncio e Marta e minha irmã Carolina, pelo apoio e incentivo em minhas escolhas, pelo amor e dedicação durante todos estes anos e sem os quais tudo seria mais difícil. Ao meu orientador e professor Wallace de Deus, agradeço por todo o apoio e instrução, que foram de extrema importância para a conclusão da pesquisa.

Obrigada também a todos os meus amigos pela compreensão nas minhas ausências no decorrer da monografia. Se consegui trilhar esse caminho, também devo isso a vocês. Incluo entre os amigos meu querido padrinho Pedro Lage, a quem muito tenho a agradecer, mas nesse caso, principalmente pelo auxílio na revisão deste trabalho juntamente com Patrícia Matos.

Ao grupo do “Projeto Grão de Mostarda” e todos da Rede Fitovida com quem tive contato gostaria de não só agradecer como fiz tantas vezes, mas dizer que essa experiência foi completamente incrível. Obrigada pelo acolhimento mais gentil, pelas conversas, conhecimentos passados e pelo tempo doado, a colaboração de vocês fez tornar tudo isso possível.

E, finalmente, agradeço a energia que a tudo dá origem, que tem muitos nomes e é percebida nas coisas mais simples, além de estar presente em tudo. Muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa estuda as disposições gerais e as formas de atuação que norteiam um dos pilares da Economia Criativa e da Economia Solidária que é a sustentabilidade, de modo a discutir o seu papel dentro desses modelos de economia. Dessa maneira estabelece-se uma relação entre cultura, desenvolvimento e o meio ambiente a partir de diversos conceitos de sustentabilidade. Será feito um estudo de caso para obter fundamentação empírica sobre como se dá a atuação da sustentabilidade em atividades com valores criativos e de solidariedade, se as diretrizes até então lançadas são viáveis ou compatíveis com a realidade estudada. O projeto foi elaborado através de uma pesquisa de textos, dissertações, artigos e autores com diferentes perspectivas sobre a sustentabilidade na Economia Criativa e na Economia Solidária. O estudo de caso na Rede Fitovida, através de visitas e entrevistas com um dos grupos, o “Projeto Grão de Mostarda”, dialoga com os pressupostos da pesquisa para fundamentar a conclusão sobre a eficiência e viabilidade da sustentabilidade inserida no contexto da Economia Criativa e Economia Solidária na realidade brasileira.

Palavras-chave: Economia Criativa, Economia Solidária, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Cultura, Desenvolvimento.

ABSTRACT

This project examines the general dispositions and forms of action that define one of the pillars of Creative Economy and Solidarity Economy, that is sustainability, in order to discuss its role inside these economic models. This way, a relationship between culture, development and the environment is built according to various concepts of sustainability. A case study will be used to provide an empirical basis about how sustainability operates creative and solidarity values. We also aim to find out whether the guidelines so far released are feasible or compatible with the reality studied or not. The research is based on texts, dissertations and papers with various perspectives about sustainability in Creative Economy and Solidarity Economy. The case study of RedeFitovida, by means of visits and interviews with one of the groups of the network, the “Projeto Grão de Mostarda”, dialogues with the assumptions of the research to support the conclusion about efficiency and practicability of sustainability in the context of Creative Economy and Solidarity Economy in Brazilian reality.

Keywords: Creative Economy, Solidarity Economy, Sustainability, Environment, Culture, Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. Criatividade e Sustentabilidade.....	13
1.1 <i>Economia Criativa – breve histórico</i>	13
1.2 <i>Sustentabilidades</i>	19
1.3 <i>Esforços para a preservação do meio ambiente</i>	25
1.4 <i>Desconstruindo pressupostos</i>	27
2. Solidariedade e Sustentabilidade	30
2.1 <i>Economia Solidária – breve histórico</i>	30
2.2 <i>Discursos produzidos e a relação com a sustentabilidade</i>	35
3. Estudo, encontro e encanto – A Rede Fitovida.....	41
3.1 <i>O que é</i>	42
3.2 <i>Como surgiu</i>	44
3.3 <i>À Campo – O Grão de Mostarda</i>	47
3.3.1 <i>A relação com a sustentabilidade</i>	51
3.3.2 <i>Economia Criativa e Solidária</i>	53
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge com a intenção de analisar o papel da sustentabilidade inserida no contexto da Economia Criativa e da Economia Solidária, trabalhando dessa maneira a relação entre meio ambiente, cultura e desenvolvimento, a partir de diferentes panoramas no contexto brasileiro atual. Também faz parte desta análise um estudo de caso que embasa a discussão com experiências práticas.

Avaliar e discutir questões teóricas e práticas, locais e universais do desenvolvimento sustentável é essencial para compreender a real eficiência dos novos modelos de desenvolvimento aplicados no *Plano da Secretaria da Economia Criativa*,¹ por exemplo, que carrega pressupostos ainda incipientes. Sendo assim, esta pesquisa pretende desmembrar os conceitos que estruturam a sustentabilidade e dimensionar a sua relação com o desempenho social, cultural, educacional e ambiental, compondo um diálogo com a Economia Criativa, Solidária e o desenvolvimento a partir das novas perspectivas de cultura da abundância que tanto estão em discussão atualmente.

Neste trabalho, será admitida uma ideia aberta de cultura e sustentabilidade como uma rede complexa de interações, não apenas no ambiente natural, mas como também no social. A relação entre cultura e meio ambiente se faz porque é claro visualizar que não apenas os seres humanos dominam o ambiente natural, como dependem dele, e recriam o ambiente que, então, os leva a recriá-lo novamente, numa relação circular. E, nesta relação, inclusive o antigo conceito de natural se perde, pois para nós o que é natural, na verdade é cultural.

A pesquisa se apoia nas mais diversas teorias sobre desenvolvimento sustentável e se insere na proposta por estudos mais direcionadas quanto à relação entre cultura, economia, criatividade, solidariedade e meio ambiente, a qual necessita de maior suporte acadêmico. A partir disso, também se confirma a sua ampla relevância social, uma vez que a sustentabilidade e o desenvolvimento têm sido importantes pautas debatidas desde a década de 1990 no Brasil, quando se iniciam os primeiros esforços para conter os efeitos negativos do desenvolvimento econômico para o meio ambiente. A partir daí, a Economia Criativa é admitida como, talvez, uma

¹O Plano Nacional de Economia Criativa pretende orientar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Economia Criativa, criada em 2011 pelo Ministério da Cultura. O Plano apresenta os principais pontos que orientam o conceito de Economia Criativa, a estrutura organizacional da Secretaria.

possível solução para reduzir esses danos, devido à maior valorização do processo criativo quanto ao produto final em si, utilizando como base fundamental de recursos a capacidade de criação intelectual. Tal afirmação, entretanto, será reavaliada, debatida e, talvez, desmistificada durante o processo de pesquisa a partir da contraposição de pensamentos de alguns teóricos dos diferentes nichos do tema e da desconstrução de discursos produzidos.

Iniciando a observação da Economia Solidária, que preconiza formas de produção, consumo e distribuição de riqueza centradas na valorização do ser humano, e não do capital, pode-se fazer um contraponto com a Economia Criativa – não exatamente uma comparação, mas uma análise da sustentabilidade em diferentes propostas. A Economia Solidária tem base associativista e cooperativista e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve as dimensões social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. A partir dessa premissa, pretende-se desmembrar tais conceitos e analisar a aplicação de princípios de sustentabilidade relacionados à cultura e desenvolvimento na Economia Solidária.

Quanto à escolha do tema, ela se deu a partir de afinidades pessoais pela preservação do meio ambiente e interesse em mostrar as possibilidades de interação com a cultura. A ideia também foi orientada por se considerar muito significativo discutir outros conceitos de sustentabilidade em outras áreas também essenciais a qualquer desenvolvimento. Com o objetivo de trabalhar questões acerca do desenvolvimento sustentável, inicia-se um diálogo com Economia Criativa e Economia Solidária, que em seus discursos possibilitam a conexão com as principais vertentes da pesquisa. O estudo desses diferentes processos econômicos, que têm pontos de interseção e são áreas do conhecimento com múltiplas possibilidades e potencial a ser desenvolvido, instiga a curiosidade em pesquisar o tema.

Inicialmente, é imprescindível se atentar para os estudos e esforços produzidos ao longo da história brasileira para a preservação do meio ambiente e recursos naturais através de um desenvolvimento baseado em princípios sustentáveis, que é uma das bases desta pesquisa. O

Plano da Secretaria de Economia Criativa – Políticas, Diretrizes e Ações 2011 a 2014 é uma das principais fontes da pesquisa, pois é especificamente direcionado à discussão do tema no Brasil. Observa-se atualmente uma nova configuração econômica que não se sustenta mais com os modelos de desenvolvimento anteriores. O *Plano da Secretaria de Economia Criativa* discursa a partir disso sobre uma nova maneira de desenvolvimento mais saudável e eficiente a partir da Economia Criativa, que iniciaria uma valorização da cultura na economia de acordo com a realidade brasileira. O *Relatório de Economia Criativa 2010* da Unctad² também é uma fonte importante, uma vez que conceitua e exemplifica setores da Economia Criativa e, inclusive, discute a questão da sustentabilidade como parte essencial dessa economia, o que pode ser apropriado para a discussão. Importantes autores que discutem cultura, economia, desenvolvimento e sustentabilidade inserem em suas fundamentações a Economia Criativa para a análise desses temas. A partir desse panorama, podem-se citar algumas dessas análises que fundamentaram a pesquisa, como a de Jurema Machado, atual presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ex-Coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil, que faz uma crítica inicial ao *Plano da Secretaria de Economia Criativa* (SEC), pois acredita tratar-se em grande parte de um discurso pré-formulado e ainda defasado, mas, ao mesmo tempo, válido, pois seria um primeiro passo para o Brasil evoluir no processo de políticas para a esfera criativa.

Quanto ao estudo de caso, foi abordada a atuação da Rede Fitovida, em especial um dos grupos que a compõem, o “Projeto Grão de Mostarda”, como exemplo de ação que trabalha práticas da economia solidária e de sustentabilidade. O grupo do Grão de Mostarda foi especificamente escolhido para aprofundar o estudo, devido a sua proximidade com o Ponto de Cultura Casa de Memória, onde se localiza a sede da Rede Fitovida. A Rede Fitovida é composta por grupos comunitários do Estado do Rio de Janeiro que compartilham princípios de solidariedade e respeito à natureza. Todos os grupos têm em comum a prática, a vivência e a boa relação com as plantas medicinais e outros elementos da natureza que compõem as práticas populares de saúde. As receitas de cura e cuidado, passadas de geração em geração, são um patrimônio imaterial, parte da cultura brasileira, sendo assim, a missão da Rede Fitovida é

² United Nations Conference on Trade and Development, em português, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

transmitir e registrar os conhecimentos tradicionais e culturais por meio dessas práticas, distribuir e vender, a preço de custo, uma parte do que é produzido, a partir de conhecimentos adquiridos.

O desenvolvimento do tema baseia-se em conceitos de sustentabilidade, teorias recentes sobre Economia Criativa e Economia Solidária, explicitados em relatórios, textos e outras pesquisas, além do estudo de caso citado acima. O trabalho pretende se concentrar no exame do desenvolvimento sustentável dentro da Economia Criativa e Economia Solidária. Serão apresentados exemplos comparativos de experiências e propostas diferentes para proporcionar debates sobre o real papel da sustentabilidade nos dois modelos econômicos. O estudo de caso da Rede Fitovida foi realizado para exemplificar e analisar um modelo de atividade sustentável até então trabalhada de forma criativa e também solidária, a maneira como funciona a sustentabilidade proposta pelo grupo, e dialogar assim com o que está sendo proposto pela Economia Criativa e Solidária neste sentido, se é diferente ou compatível. Para realizar o estudo de caso, foi feita uma pesquisa das ações do grupo analisado e diagnosticado a atuação da sustentabilidade em suas propostas, além da consulta de teses e dissertações sobre os projetos da Rede Fitovida, da visita e participação em reuniões e conversas com alguns membros para compreender melhor suas proposições. Finalmente, após essas etapas, reuniu-se material suficiente para a discussão e elaboração investigativa da atuação da sustentabilidade proposta pela Economia Criativa e Solidária.

É possível prever a ausência de algo sólido quanto ao quesito sustentável dentro da Economia Criativa, pois sua fundamentação ainda se baseia em medidas superficiais, que não persistem com o tempo e que não são realmente consistentes e eficientes. A mesma questão é pertinente quanto à Economia Solidária. Em relação às medidas sustentáveis de desenvolvimento traçadas na Economia Criativa e propostas no Plano da SEC, elas também poderão ser analisadas como diretrizes possíveis de serem alcançadas através do estudo de caso realizado com a Rede Fitovida, que já realiza um importante trabalho na área. Busca-se analisar dessa forma como esses movimentos tratam tais questões atualmente, que enfoque dão a esses problemas, levantando a hipótese de que visam inicialmente a transmissão de conceitos ecológicos e biológicos, para tratar a sustentabilidade, porém, tornam a discussão superficial ao não focar o real problema, que é a maneira de o homem se inserir e se relacionar com o mundo. Afinal, há um bombardeamento a todo o tempo de informações e palavras de ordem para a preservação,

diversos encontros globais têm sido realizados nas últimas décadas para discutir o assunto, e ainda não se vê nenhum tipo de resultado mais contundente, o que leva a crer que não é por falta de conhecimentos sobre a natureza que o homem se “sustenta” no meio onde está inserido e do qual faz parte. Com a coleta dos dados e informações, além de observação participante, foi feita uma análise dos conteúdos e discursos com o intuito final de problematizar as questões.

Não se busca com este trabalho dar respostas definitivas, nem fórmulas de ação da sustentabilidade para a Economia Criativa e Solidária, tampouco dizer qual delas é a melhor ou a mais eficiente. O objetivo é levantar uma discussão que parece de início estar bem resolvida, entretanto, na prática não funciona. No discurso dominante, apenas “mudam-se os adjetivos”, porém, ainda dentro de uma mesma lógica. O intuito desta pesquisa, assim, é mostrar a importância e abrangência do tema e a necessidade de se pensar sobre isso, fomentar uma reflexão mais profunda dos reais problemas, para que se possa pensar conjuntamente, através de interações entre diferentes vertentes do conhecimento, em saídas e soluções para se alcançar objetivos positivos da interação entre cultura, meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento.

1. Criatividade e Sustentabilidade

Neste primeiro capítulo será iniciada uma abordagem do contexto de legitimação da Economia Criativa em âmbitos nacional e internacional, haverá também a explanação das ações que norteiam os esforços de preservação meio ambiente, que assim poderemos relacionar a Economia Criativa com a sustentabilidade e por fim desconstruir discursos para alimentar a discussão.

1.1 Economia Criativa – breve histórico

O termo Economia Criativa começou a ser empregado pelo governo australiano, em 1994, por meio do Projeto *Creative Nations* (Nações Criativas). A essência do projeto era demonstrar a importância da criatividade para a economia e o desenvolvimento da nação australiana (FIRJAN, 2008). A partir disso, em 1997, o primeiro ministro britânico Tony Blair, diante de uma economia cada vez mais competitiva, analisou as contas do Reino Unido, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais. Foram identificados assim, 13 setores de maior potencial, batizados de Indústrias Criativas, ou seja, que têm sua origem na criatividade, habilidade e talentos individuais e que apresentam potencial para criação de riquezas e empregos por meio de geração e exploração da propriedade intelectual. Os britânicos pensavam exatamente no seu desenvolvimento, criando até um ministério da Indústria Criativa. Após 10 anos, o segmento gerava uma receita maior que a da Indústria Farmacêutica, correspondendo a 8% do PIB.³ Estas Indústrias Criativas são representadas pelos setores que naturalmente já utilizam a cultura como matéria-prima, ou seja, já usam a criatividade como principal fator econômico.

De acordo com o que é abordado em diversas ciências humanas, pode-se dizer que quando se fala em economia pensa-se imediatamente nas necessidades materiais de um grupo e nas formas institucionais de relação entre o homem e seu ambiente natural. De acordo com Pascoal (1982, p. 44-45), a economia seria constituída pelo conjunto de atividades voltadas para garantir a reprodução material da existência. A definição clássica de Economia fundamentava-se em três divisões básicas da atividade econômica, sendo elas: formação, distribuição e consumo, comprometidos com um conjunto de princípios, teorias e leis. Antes, pensava-se e aplicava-se

³ De acordo com dados do Caderno de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local – SEBRAE.

Economia de maneira igual para diferentes setores sociais. Porém, com o passar do tempo houve uma expansão do termo e seu conceito, surgindo ramificações como: Economia Criativa, Economia Solidária, Economia da Cultura, Economia da Experiência, entre outros.

Fazendo uma introdução à Economia Criativa, podemos compreender melhor a composição dos termos dessa expressão: “economia” e “criativa” ou “criatividade”. Pode-se concordar que a expressão “Economia Criativa” não é autoexplicativa quanto ao seu conceito, o que a torna pouco palpável em termos significativos, apesar de despertar interesse e curiosidade. Isso porque a criatividade, assim como o conhecimento, são insumos básicos a qualquer atividade humana. Inerente à expressão é à amplitude da sua finalidade que, se por um lado aponta para a multidisciplinaridade, por outro, revela um esvaziamento conceitual decorrente de sua aplicabilidade universal. Como se sabe, no campo cultural as disputas semânticas são também uma forma de se fazer política, de modo que nos cabe ressaltar a importância da ênfase na criatividade. É interessante atentarmos para o significado de “criatividade” quando se está fora da área econômica: capacidade de criar, produzir, transformar, inventar e reinventar são algumas das principais definições encontradas em alguns dicionários da língua portuguesa como o Aurélio e Michaelis. De acordo com a Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), para definir criatividade no contexto econômico, leva-se em consideração os seguintes aspectos: estímulo à geração de receita, criação de empregos e exportação, promovendo inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano; implica aspectos econômicos, sociais e culturais que envolvem tecnologia, propriedade intelectual e turismo; caracteriza-se por atividades transversais que interconectam níveis macro e micro com a totalidade da economia; demanda inovação, política interdisciplinar e ações intermináveis; tem como base indústrias igualmente criativas. Para ser criativo, então, segundo a UNCTAD é necessário encontrar maneiras de realizar algo ou encontrar soluções, utilizando recursos de acordo com objetivos pessoais ou organizacionais. Para a especialista em Economia Criativa Ana Carla Fonseca Reis, criatividade é:

Palavra de definições múltiplas, que remete intuitivamente à capacidade não só de criar o novo, mas de reinventar, diluir paradigmas tradicionais, unir pontos aparentemente desconexos e, com isso, equacionar soluções para novos e velhos problemas. Em termos econômicos, a criatividade é um combustível renovável, cujo estoque aumenta com o uso. Além disso, a “concorrência” entre agentes criativos, em vez de saturar o mercado,

atrai e estimula a atuação de novos produtores. Estas e outras características fazem da Economia Criativa uma oportunidade de resgatar o cidadão (inserindo-o socialmente) e o consumidor (incluindo-o economicamente), através de um ativo que emana de sua própria formação, cultura e raízes. Este quadro de coexistência entre o universo simbólico e o mundo concreto é o que transmuta a criatividade em catalisador de valor econômico (REIS, 2008, p. 15).

A conceituação para a Economia Criativa ainda é inicial e peculiar, pois há variações e ampliações de seu significado de acordo com potencialidades e características de cada lugar onde é aplicada ou discutida. Segundo o Instituto de Economia Criativa no Brasil, entidade sem fins lucrativos que tem como missão o desenvolvimento do tema no país, privilegiando as aplicações eminentemente voltadas para economia, empresas e negócios em geral, o conceito utilizado para definir as atividades que estão sob o conceito criativo vai além do modelo britânico. O que inclui uma empresa na Economia Criativa, de acordo com o instituto, é sua capacidade de se organizar de maneira a inovar, ou seja, o modo como desenha os processos, o modelo de negócios. A rigor, no entanto, não se pode dizer que o campo em constituição parte do zero, mas ao contrário. É válido lembrar que alguns estudiosos têm insistido na compreensão de que as indústrias criativas significam, particularmente, a ampliação dos campos de estudos e pesquisas dedicados às artes, às indústrias culturais, na perspectiva da incorporação de setores e dinâmicas típicas da nova economia. Assim sendo, este novo campo – novo para a academia, para as políticas e para o mercado – parte do importante e indispensável repertório de reflexões que, ao longo dos últimos anos, deu corpo ao que chamamos de Economia da Cultura.

A centralidade em que tem se encontrado e também complexidade da cultura, estão expressas pela amplitude e diversidade das instituições e processos culturais que envolvem aspectos variados como as representações, a organização, a criação, a crítica, a preservação, a disseminação, a transmissão, a difusão e o consumo culturais. Expressa também pela gigantesca e multifacetada expansão quantitativa e qualitativa da produção cultural, ou, ainda, pelo interesse que desperta em um número cada vez maior de campos do conhecimento, pois há muito as questões referidas à cultura transbordaram os limites da antropologia e da sociologia, ciências sociais que, historicamente, dela se têm ocupado, e passaram a compor os objetos a que se dedicam estudiosos de disciplinas científicas as mais variadas, da geografia à história, da ciência política à comunicação e às ciências ambientais, do direito à economia e à gestão. É desse ponto de vista que deve ser compreendida a emergência da temática das indústrias criativas e da

Economia Criativa, certamente duas das expressões contemporâneas mais potentes do enlace entre cultura e economia.

No caso brasileiro, onde este estudo pretende se focar, “a Economia Criativa é definida a partir das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos,⁴ caracterizados pela relevância de sua dimensão simbólica.” (*Plano da Secretaria de Economia Criativa – 2 – pag. 21*). O Brasil apresenta um histórico cultural muito diversificado e abrangente, e esta característica é positiva para a estratégia da Economia Criativa, que poderia acrescentar valores para as pautas de desenvolvimento sócio-econômico, educação e cultura, que sempre despertaram preocupação. Diz-nos Rubim, Secretário de Cultura do Estado da Bahia, nesta perspectiva, que, “Na contemporaneidade, a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente” (2006, f.8). Ana Carla F. Reis faz um exame:

Economia da experiência, economia do conhecimento, economia da cultura, indústrias criativas, Economia Criativa. Tantos conceitos que se fundem e confundem na busca desenfreada por um novo paradigma que ofereça soluções aos problemas socioeconômicos que nos afligem em escala mundial. A proposta de Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento tem, porém, contornos mais precisos e características próprias, adaptadas ao contexto brasileiro (REIS, 2008, p. 15).

Analisando a cena brasileira, do ponto de vista da temática das indústrias criativas e da Economia Criativa, pode ser dito que, só nos últimos dez anos emergiram no Brasil as questões relativas a esses temas (MIGUEZ, 2007). No entanto, este não é um fato que se restrinja exclusivamente ao nosso país. De maneira geral, tais questões nos países em desenvolvimento, não são devidamente exploradas. Seja pelo desconhecimento do potencial que encerram do ponto de vista da questão do desenvolvimento, seja pela ausência de instituições e de políticas dedicadas ao setor, seja, ainda e principalmente, por conta da extrema concentração do mercado global de produção e distribuição dos bens e serviços criativos.

A XI Conferência Ministerial da UNCTAD, realizada em São Paulo, em junho de 2004, é um marco do processo de desenvolvimento da Economia Criativa no Brasil, exatamente pelo fato

⁴ Setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como insumos principais a criatividade e o conhecimento geradores de valor simbólico e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica. (*Plano Nacional de Economia Criativa – 2 pag. 22*)

de ter recomendado, na seqüência das discussões que abrigou num painel inteiramente voltado ao tema e que reuniu especialistas, técnicos do sistema ONU e representantes de vários governos, a criação de uma instituição internacional dedicada à Economia Criativa na perspectiva do fortalecimento e desenvolvimento desse setor nos países do Sul. Para o Brasil, em geral, carente até então de estudos e pesquisas na área da economia da cultura e, por extensão, sobre as indústrias criativas e a Economia Criativa, os efeitos dessa Conferência foram significativos. O Governo Brasileiro assim ofereceu-se para acolher o Centro Internacional de Economia Criativa (Ciec), a nova instituição recomendada pela Conferência da UNCTAD, e a Bahia foi escolhida para ser a sua sede. Mais importante ainda, as repercussões foram sentidas, também, na formulação de políticas públicas estaduais e municipais. Nas áreas de planejamento, de cultura, de ciência e tecnologia e de desenvolvimento, as referências ao tema e o envolvimento com o projeto do Ciec ocuparam lugar de destaque na montagem do novo governo, por exemplo, a nova Secretaria da Cultura, criada a partir do desmembramento da antiga Secretaria de Cultura e Turismo, passou a contar com uma Superintendência dedicada à relação entre cultura e desenvolvimento, no âmbito da qual estão inscritas as questões relativas às indústrias criativas e à Economia Criativa.

Apesar de ser reconhecido mundialmente pela sua diversidade cultural e potencial criativo, o Brasil não figura nas pesquisas internacionais entre os 10 primeiros países em desenvolvimento, produtores e exportadores de bens e serviços criativos (segundo dados da *Agenda 21 Brasileira: Avaliação e Resultados*, 2012). No intuito de reverter esse quadro, surge recentemente, no Governo Dilma, no âmbito do Ministério da Cultura, a Secretaria da Economia Criativa (SEC-MinC). A criação dessa nova estrutura parece sinalizar uma vontade política de situar a Economia Criativa como um eixo estratégico de desenvolvimento do país, mesmo estando no Minc e não no Ministério do Planejamento, ou outro que esteja diretamente ligado a área econômica. Essa pretensão segue os moldes do que já alicerçava Celso Furtado em 1984, com a ideia de um desenvolvimento descentralizador, fundamentado na diversidade cultural regional brasileira. A Secretaria da Economia Criativa surge então em um contexto de institucionalização de políticas públicas culturais. O Plano Nacional de Cultura, instituído em 2010 pela Lei 12.343/2010, tem metas específicas para a Economia Criativa e define a compreensão da cultura a partir de dimensões simbólica, cidadã, e econômica, esta última,

construída a partir da compreensão da cultura como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O Plano da Secretaria de Economia Criativa – Políticas, Diretrizes e Ações 2011 a 2014 pretende orientar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Economia Criativa e é uma das principais fontes desta pesquisa, pois é especificamente direcionado à discussão do tema no Brasil, apesar de haver, sim, outros olhares a respeito do tema. O Plano da SEC discursa, a partir disso, sobre uma nova maneira de desenvolvimento. O Plano apresenta os principais pontos que orientam o conceito de Economia Criativa e também a estrutura organizacional da Secretaria. A Secretaria de Economia Criativa (SEC) precisou ultrapassar conceitos e definições dos setores criativos e da Economia Criativa brasileira para estabelecer princípios norteadores das políticas públicas de cultura. Esses princípios foram elaborados e implantados para tratar de Economia Criativa no Brasil de modo adequado à realidade nacional, entretanto, de acordo com a visão da SEC, incorporado à diversidade, inovação, inclusão social e à sustentabilidade. A Economia Criativa brasileira então se constitui e é reforçada pela intersecção destes princípios. Para elaboração dos princípios norteadores brasileiros da Economia Criativa levou-se em consideração a compreensão e a importância da diversidade cultural do país, que aumenta possibilidades de criação, nutrindo a capacidade e valores humanos das variadas culturas que compõem o Brasil, pois a originalidade oriunda dessas culturas potencializa o crescimento em todos os níveis. Já a percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional se deu a partir da percepção de que a proliferação de uma cultura de consumo global massificou mercados com a oferta de produtos de baixo valor agregado destituídos de elementos identificadores de culturas locais, além de provocar uso indiscriminado dos recursos naturais. Assim, aqueles que têm maior capacidade produtiva dominam o mercado, que por sua vez acaba por se tornar compulsivo e menos crítico, além disso, essa homogeneidade também oprime a diversidade. A inovação como vetor de desenvolvimento da cultura surge, pois é inerente a criatividade, exigindo conhecimento, a identificação e reconhecimento de oportunidades, que estão atrelados a criação de coisas novas e aperfeiçoamento de processos que já estão em andamento. Por fim, a inclusão social é estabelecida como forma de amenizar a desigualdade brasileira proporcionando qualificação profissional, empregos, geração de renda e principalmente garantindo acesso aos bens culturais e

criativos, o que confere princípios de cidadania, como base de uma economia cooperativa e solidária.

A respeito, mais especificamente, do princípio norteador “sustentabilidade”, o qual será melhor analisado, uma vez que centraliza o tema da pesquisa, é necessário definir quais as bases do desenvolvimento que se deseja e como se pode construí-lo de maneira a garantir sustentabilidade não só ambiental, como social, cultural e econômica.

1.2 Sustentabilidades

Avaliar e discutir teorias do desenvolvimento sustentável é essencial para compreender a real eficiência dos novos modelos de desenvolvimento aplicados em todo o mundo. Primeiramente, é preciso desmembrar os conceitos que estruturam o termo “sustentabilidade” e dimensionar a sua relação com o desempenho social, cultural, educacional e ambiental, compondo assim um diálogo com a Economia Criativa e o desenvolvimento a partir das perspectivas de cultura da escassez, com foco na produção e consumo, versus cultura da abundância, onde há, a princípio, alguma consciência sustentável.

O conceito mais básico do termo “sustentabilidade”, segundo os dicionários Aurélio e Michaelis, é a capacidade de sustentar e conservar características ou suportar condições de um sistema por um período. A partir disso pode-se compreender a sua complexidade, uma vez que a sustentabilidade atende a um conjunto de variáveis interdependentes, pois, para existir é necessário integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais. Seguem abaixo as definições destas variáveis:

- Questão Social - Sem considerar a questão social, não há sustentabilidade. Em primeiro lugar, é preciso respeitar o ser humano, para que este possa respeitar a natureza. E, do ponto de vista do ser humano, ele próprio é a parte mais importante do meio ambiente.
- Questão Energética - Sem considerar a questão energética, não há sustentabilidade. Sem energia, a economia não se desenvolve. E se a economia não se desenvolve, as condições de vida das populações se deterioram.
- Questão Ambiental - Sem considerar a questão ambiental, não há sustentabilidade. Com o meio ambiente degradado, o ser humano abrevia o seu tempo de vida; a economia não se desenvolve; o futuro fica insustentável.
(SEPULVEDA, 2005)

Segundo o mesmo autor, “Para que um empreendimento humano seja considerado sustentável, é preciso que seja ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso” (idem). Apesar de essa conceituação ser positiva, os conceitos de sustentabilidade são baseados em especulações genéricas demais, principalmente quanto à sua atuação prática e apresentação de resultados.

O conceito de Sustentabilidade é relativamente novo. Inúmeros acordos e encontros internacionais já foram realizados com o intuito de discutir e encontrar soluções para a questão da preservação ambiental, iniciando a fundamentação do conceito sustentável – Conferência de Estocolmo (1972),⁵ Rio-92 (1992),⁶ Protocolo de Kyoto (1997),⁷ Cúpula de Joanesburgo (2002),⁸ Rio+20 (2012),⁹ dentre outros – porém, as discussões acabam ficando apenas na teoria e não têm grande efetividade no cumprimento das promessas. Não há um comprometimento real, e a ONU não garante mecanismos de monitoramento dos compromissos acordados e dos direitos conquistados nas diferentes convenções e conferências. É preciso realizar um balanço do ocorrido desde os últimos encontros e revisar permanentemente a coerência entre o que se acorda e o que é feito de fato.

⁵ Realizada na capital da Suécia entre os dias 5 a 16 de junho de 1972, foi a primeira atitude mundial em tentar organizar as relações de Homem e Meio Ambiente

⁶ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, reuniu mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

⁷ Tratado internacional com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global. Discutido e negociado em Kyoto, no Japão, em 1997, foi aberto para assinaturas em 11 de dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999.

⁸ Fórum de discussão das Nações Unidas, realizado entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, em Joanesburgo, África do Sul. Teve como objetivo principal discutir soluções já propostas na Agenda 21 primordial (Rio 92), para que pudessem ser aplicadas de forma coerente não só pelo governo, mas também pelos cidadãos, realizando uma agenda 21 local, e implementando o que fora discutido em 1992.

⁹ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

É a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento,¹⁰ que resulta no Relatório Brundtland, intitulado *Nosso “Futuro Comum”* (1987), que o termo Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável começa a ter destaque no movimento ambientalista. Falar em Sustentabilidade segundo a Comissão é usar os recursos de forma racional que permita manter uma qualidade de vida no presente, preservando os recursos para as gerações futuras, e viabilizar um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. Tais estudos e declarações são influenciados por movimentos anteriores, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia. Posteriormente, o conceito vem ganhando novas dimensões, como já citado antes, que dizem respeito ao social e cultural, e que a partir de agora será mais profundamente analisado.

Importantes autores que discutem sobre cultura, economia, desenvolvimento e sustentabilidade inserem em suas fundamentações a Economia Criativa para a análise destes temas. A partir deste panorama, podem-se citar algumas dessas análises que fundamentam a pesquisa. Com o economista e ex-ministro da Cultura do Brasil, Celso Furtado, por exemplo, temos outro olhar sobre o assunto e podemos ampliar o conceito de desenvolvimento através do enriquecimento cultural e da sustentabilidade em todos os campos, social, econômico, cultural e ambiental, um novo modelo de desenvolvimento atrelado à qualidade de vida (FURTADO, 1978). O discurso da Economia Criativa se dá a partir desse viés de desenvolvimento em todos os níveis, por exemplo, com a valorização do processo de criação no âmbito intelectual, e não mais somente do produto, o que viabilizaria a sustentabilidade ambiental, pois as ideias se manteriam ao longo do tempo, diversamente dos recursos físicos naturais, que acabam. A sustentabilidade social se daria, neste caso, através da capacitação contínua da população para aumentar esse capital intelectual gerador de produtos, e assim por diante, o que favorece a educação de maneira geral e movimenta a economia. Há outros fatores que sugerem a sustentabilidade na Economia

¹⁰ Foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las e propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido de fazer as mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma maior compreensão dos problemas existentes, auxiliando-os e incentivando-os a uma atuação mais firme.

Criativa, como a formação de redes, já que as atividades são multidisciplinares, o que proporciona economia de recursos.

Lala Deheinzelin, especialista em Economia Criativa e desenvolvimento sustentável, fala sobre desenvolvimento local e cooperação internacional numa perspectiva de sustentabilidade e futuro, fazendo uma conceituação muito interessante da Economia Criativa, a partir de que podemos refletir sobre a sustentabilidade: “Cadeia de valores em sinergia com diferentes áreas que ativa e concretiza reservas de valores, como a criatividade, cultura, conhecimento e experiência de vida” (*Plano da Secretaria de Economia Criativa*, p. 123). Através dessa conceituação, pode-se observar que a Economia Criativa se centraliza potencialmente no intangível, possibilitando também a geração de renda. Lala enfatiza ainda o excedente cognitivo no Brasil, o que acaba facilitando o desperdício, despotencializando assim a Economia Criativa no país. Já Ana Carla Fonseca Reis inicia uma crítica direcionada para a sustentabilidade como pilar da Economia Criativa, pois, apesar de se fundamentar no capital intelectual, os veículos para a concretização de resultados da Economia Criativa são físicos e insustentáveis ecologicamente, considerando a tecnologia, por exemplo (*Plano da Secretaria de Economia Criativa*, p. 75). A relação entre cultura e as novas tecnologias é vista como um recurso facilitador de acesso, de novas possibilidades e inovação. As tecnologias provocam mudanças de forma acelerada, refletindo no cotidiano das pessoas, no consumo, na atitude, provocando transformações culturais. O desafio é como usufruir das novas tecnologias para experiências e inovações transformadoras necessárias para o desenvolvimento da humanidade, levando em conta a sustentabilidade do meio físico e social. Em relação ainda à sustentabilidade na Economia Criativa, o que é sustentável aqui é o “negócio” e não necessariamente o “produto”, pois, mesmo com utilização de recursos renováveis e intangíveis, como a fidelização, marketing, design, marca, inovação, atributos culturais, responsabilidade social e tudo o mais, o que contribui para preservar a longo prazo um empreendimento, o resultado final desse processo é o contínuo estímulo ao consumo, e o consumo demasiado não é sustentável. Não chega a ser negativa essa sustentabilidade durante o processo de criação, todavia, ela não resolve os problemas em relação à preservação do meio ambiente para as gerações futuras como se propõe de início.

Não podemos tratar temas como sustentabilidade, desenvolvimento e cultura de forma isolada, pois todos esses desempenham ações que interdependem umas das outras, e eles têm

papel fundamental nos processos econômicos e sociais de qualquer comunidade. Um depende do outro e, juntos, possibilitam um resultado positivo para o coletivo. É preciso uma nova forma de ver e contextualizar processos de sustentabilidade, de desenvolvimento.

A transversalidade da cultura é defendida com uma condição à priori para o desenvolvimento sustentável. A cultura é compreendida como um amálgama que correlaciona e reforça as demais políticas, sejam essas, sociais, educacionais, ambientais ou econômicas (GUILHERME, 2008).

Chega-se então ao ápice dessa explanação, quando o desenvolvimento e a cultura são avaliados de maneira articulada. A conceituação de desenvolvimento através de vários pilares, de maneira multifacetada, vai muito mais adiante de barreiras econômicas, sendo expandido para a noção de desenvolvimento humano, compreendendo as multiplicidades que envolvem em a vida do homem. A partir da compreensão desse outro conceito criam-se novos critérios para considerar o desenvolvimento de países ou comunidades. A cultura então passa a ser assumida como o ponto da integração das dimensões econômicas e sociais, o alicerce dessa conjugação. Assim mais uma vez o conceito de desenvolvimento é expandido, agora a partir de uma perspectiva de sustentabilidade que considera não apenas as necessidades do presente, mas compromete-se com “a habilidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades” (REIS, p.221).

Recentemente, o Seminário Internacional sobre Cultura e Sustentabilidade, realizado em 2012, durante a Rio+20 em parceria com a Cidade e Governos Locais Unidos (CGLU),¹¹ trouxe o tema sustentabilidade para reflexão. Discutiu-se a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável a partir de uma visão que contemple a Economia Criativa. Segundo a ONU, desenvolvimento sustentável reúne três eixos: social, econômico e ambiental. A discussão foi pela inclusão de um quarto eixo, o cultural. Segundo Vitor Ortiz, ex-Secretário Executivo do Ministério da Cultura que participou do seminário, “a cultura é essencial para a sustentabilidade, mas ainda não conseguimos o consenso suficiente para tê-la no mesmo padrão em que estão os outros pilares” A discussão é pertinente. Como tratar cultura, desenvolvimento e sustentabilidade? A UNESCO defende a integração, colocando a cultura no centro, ou seja, cultura é fundamental. É inegável que a cultura contribui para a integração dos indivíduos, é fundamental para a educação, possui enorme potencial econômico, deflagra a criatividade,

¹¹ A CGLU representa e defende os interesses dos governos locais na conjuntura mundial, independentemente do tamanho da comunidade. Com sua sede em Barcelona, o programa busca aumentar a influência de governos e representações locais na governança global.

estimula o turismo, sem contar o seu valor simbólico na construção de identidades. Neste contexto, a cultura, pensada como território e como ferramenta para a expansão do potencial humano, torna-se uma alavanca para o desenvolvimento sustentável. “A cultura e a diversidade cultural têm de entrar como um eixo estratégico nos planos de desenvolvimento dos Estados, que hoje pouco se relacionam com elas. Há um potencial grande de relação entre a cultura e o desenvolvimento sustentável de uma localidade”, defende Giuliana Kauark, diretora de Espaços Culturais da Secretaria de Cultura do estado da Bahia que participou da Rio+20 e faz parte do U40, fórum internacional que visa promover a convenção da Unesco sobre a diversidade cultural. “Não há desenvolvimento sustentável que não passe pelo viés da cultura”, defende o antropólogo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Gomes Lima, que sentencia ainda:

Se a cultura não for percebida como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a chance de fracasso é muito grande. A consciência e a ação humana se dão a partir do modo como as pessoas interagem com o meio ambiente, e isso é uma questão cultural. Não basta criar leis ambientais, se os indivíduos continuarem com a mesma mentalidade e hábitos culturais desagregadores. A deterioração vai continuar.

Sendo assim, as práticas culturais tanto se relacionam com preservar, como com resolver e transformar. A cultura tem seu papel redefinido nas estratégias de desenvolvimento, adotadas a partir da implantação de políticas públicas de governos e de organizações privadas. A avaliação da efetividade dessas políticas passa pela definição de indicadores econômicos, culturais e de desenvolvimento.

Após um longo período de exploração irracional e desordenada, desde a industrialização, que provocou muitos danos ambientais, chega o momento de repensar práticas humanas que considerem e respeitem o meio ambiente. Na maioria das vezes, o processo de desenvolvimento adotado até o fim do século XX e que é adotado até hoje também por diversos países ao redor do mundo, utilizou os recursos naturais de forma predatória, favorecendo a pobreza e a desigualdade social, o que caracteriza um modelo fracassado. Para obter avanços e resultados, é preciso mudança nos padrões de consumo. A pesquisadora Lala Deheinzelin faz uma abordagem sobre uma possível saída:

Transformar em qualidade de vida a enorme riqueza potencial representada pela nossa diversidade, nossos recursos culturais e naturais só será possível com ações e políticas adequadas, focalizadas em desenvolvimento e sustentabilidade. Ações que para serem efetivas devem contemplar não apenas o aspecto econômico, mas as outras dimensões em que a Economia Criativa atua: o simbólico, o social e o ambiental. Ações cuja

eficácia está vinculada à inovação, à visão de futuro, desenvolvendo modelos adequados ao século XXI e à construção do mundo que desejamos (DEHEINZELIN, 2008).

É realmente válida a importância do impacto da cultura sobre a economia e o desenvolvimento, mas, como abordado anteriormente, no início do capítulo, as dinâmicas das diferentes economias são divergentes. Um dos princípios norteadores da Economia Criativa, segundo o Plano da SEC, é a sustentabilidade. A aplicação do termo sustentabilidade e até mesmo Economia Criativa são tendências atualmente, e deve-se ter cuidado para que as suas premissas de valorização ambiental, social e cultural, já analisadas anteriormente, não sejam banalizadas. A busca pela sustentabilidade ambiental por parte das organizações é algo recente, assim como a evolução do comportamento do consumidor para produtos ambientalmente corretos. O que se pode afirmar é que existe um movimento universal a favor da conscientização da preservação ambiental, existindo ao mesmo tempo um grande paradoxo, pois, apesar de percebemos a existência da difusão do consumismo ambiental, o consumidor tradicional não quer abrir mão de seus padrões de consumo, nem de sua comodidade, ou mesmo, nem sempre deseja pagar mais caro por um produto que foi produzido com menos impacto ambiental. Sustentabilidade tornou-se hoje uma forma de marketing, uma ilusão de consumo consciente que é vendida junto com produtos e serviços. Essa não é, portanto, uma solução eficaz para amenizar danos sócio-ambientais e consolidar a prática sustentável de fato. Em tese a Economia Criativa seria uma solução que faria caminhar lado a lado a dinâmica econômica intensa da atualidade com princípios sustentáveis, mas seria capaz de fazê-lo em todos os sentidos?

1.3 Esforços para a preservação do meio ambiente

Sustentabilidade e desenvolvimento têm sido importantes pautas debatidas a partir da segunda metade do século XX, quando se iniciam os primeiros esforços para conter os efeitos negativos do desenvolvimento econômico para o meio ambiente.

O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 – mas que entrou em vigor somente em 2005 – pregava metas para a redução da emissão de gases de efeito estufa, e o Brasil foi um dos muitos signatários. Entretanto, no ano de 2012, o governo federal lançou uma campanha de redução de

IPI¹² para estimular a venda de carros – um dos principais responsáveis pela emissão de CO² na atmosfera. Apesar dessa contradição, o caderno de avaliação da Agenda 21, um dos mais importantes documentos de referência para propostas de ações para as questões socioambientais, avalia como positivos os esforços do governo para o enfrentamento do problema e seus planos de redução de emissões.

O enfrentamento do problema da produção e do consumo em padrões insustentáveis sempre mostra uma questão incontornável, mas os governos querem eficiência econômica e crescimento. Podemos ler no caderno de avaliação da Agenda 21 questões como “[...] a necessidade de mobilizar os diversos atores da sociedade brasileira para a adoção de novos padrões de consumo [...]”. Porém, seguem estimulando as vendas para “aquecer a economia” e jogam a responsabilidade unicamente para os indivíduos: “[...] foi enfatizado o papel do consumidor na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis [...]”. É um jogo de transmissão de compromissos, onde a população espera soluções e atitudes milagrosas dos governos, e estes transferem toda a responsabilidade unicamente para os cidadãos e não fazem o que prometem nos grandes acordos e campanhas.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, trouxe ainda mais à tona toda essa discussão. Durante a conferência – realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, pudemos observar uma dicotomia, com a realização da Cúpula dos Povos, numa tentativa de alternativa popular às grandes reuniões fechadas dos Chefes de Estado mundiais. Independente de opiniões e resultados, podemos notar uma tomada de consciência por parte da população, tentando deixar de lado a passividade e tomar para si também a discussão dos temas.

Enquanto houver alheamento, a concretização das propostas se torna tarefa, obrigação, e por isso não vinga. “Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem” (FREIRE, 1978, p. 12). É necessário que se captem os novos anseios e se busque uma visão nova dos velhos temas, uma nova percepção. A superação de antigas soluções ultrapassadas, que continuam sendo despejadas sobre a população como se fossem as únicas possíveis. E quando se percebe que grande parte população já não está mais tão ausente das

¹² Imposto sobre Produtos Industrializados, cuja sigla é IPI, é um imposto federal sobre produtos industrializados no Brasil.

discussões, busca-se uma forma de manipulá-la para que continue a servir aos interesses dominantes e não passem dos limites. É o caso da “economia verde”, das “empresas sustentáveis”. São termos usados para suprir a demanda de “consciência ecológica”, que se tornou inevitável, porém, que continuam a seguir a mesma lógica antiecológica do consumo. Distorcem a realidade, para aparecer como defensoras e preocupadas com as causas. No entanto, não se fala em redução do consumo, e sim em continuar consumindo em grande escala, porém, ao consumir “produtos verdes” as pessoas ficam com a consciência tranquila por estarem colaborando, e tudo continua como está, sem incomodar de fato os interesses econômicos já estabelecidos.

Os discursos fatalistas presentes nas atuais campanhas e movimentos ambientais geram uma sensação de fracasso coletivo antecipado. “Apesar de seu disfarce de iniciativa e otimismo, o homem moderno está esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente e, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham.” (FREIRE, 1978, p. 44). Se não se trabalhar profundamente o emocional, a sensação de pertencimento, não se conseguirá esse comprometimento verdadeiro, a capacidade criadora para encontrar alternativas e soluções, e todos seguirão assistindo à eterna luta entre as organizações ambientais e os Estados e grandes corporações, sem se sentir capazes de fazer nada.

1.4 Desconstruindo pressupostos sobre a sustentabilidade na Economia Criativa

Os modelos de desenvolvimento, como discutido nos tópicos anteriores, estão fazendo com que o mundo caminhe para uma crise ecológica que, a princípio, nos parece sem alternativas. Colocaremos, assim, a necessidade de uma reformulação deste modelo voltado para o imediatismo econômico e que tem como sinônimo de qualidade de vida o conforto material, fruto da ideia de progresso difundida no século XX. A partir disso, economia, cultura e desenvolvimento são claramente definidos como pontos de partida desse aprofundamento. A lógica econômica é discutida e pensada, com suas adaptações, ao campo cultural; a cultura é assumida como caminho para o desenvolvimento sustentável das sociedades a partir do seu impacto econômico e da sua transversalidade intersetorial e o conceito de desenvolvimento é ampliado, contemplando não apenas sua medida quantitativa relacionada ao crescimento econômico e social, mas incluindo uma dimensão subjetiva fundamental relacionada à ampliação

da liberdade de escolha dos indivíduos. A Economia Criativa é admitida, neste contexto, pelo Plano da SEC como, talvez, uma possível solução para reduzir todos estes danos que se acumulam, devido à maior valorização do processo criativo quanto ao produto final em si, utilizando como base fundamental de recursos a capacidade de criação intelectual, gerando assim riqueza. Tal afirmação, entretanto, pode ser reavaliada através da desconstrução de discursos produzidos previamente.

A Economia Criativa focaliza-se no uso do intangível, e através dessa premissa pode-se relacionar a questão da sustentabilidade e desenvolvimento, pois o que é intangível, como o conhecimento, é inesgotável e assim sustentável. Podemos avaliar isso através da observação de Lala Deheinzelin:

Enquanto os recursos naturais, tangíveis, finitos, são escassos e consumidos com o uso, os recursos intangíveis são infinitos, abundantes e se renovam e multiplicam com o uso. Por isso, a Economia Criativa é uma chave importante para a sustentabilidade. Afinal, é bastante lógico que aquilo que é abundante e não se consome, mas se multiplica [...].

Se de fato a Economia Criativa se baseasse somente em recursos intangíveis, esta afirmativa teria fundamentos palpáveis, mas, há também o meio pelo qual a Economia Criativa se consolida, pois apesar de se fundamentar no capital intelectual, os veículos para a concretização de resultados são físicos e insustentáveis ecologicamente, como já citado anteriormente por Ana Carla Fonseca Reis, quando falamos sobre a questão tecnológica. A tecnologia e a inovação são tão importantes quanto os princípios sustentáveis para a Economia Criativa, mas é preciso se atentar à maneira como são relacionados, inclusive qual significado esses termos têm no contexto criativo. Muitas vezes, o criativo e inovador tem mais de um sentido em diferentes abordagens, é relativo, não é possível generalizar as atividades que tem de fato têm essas características. O que não é tecnológico também pode ser novo, transformador, criativo. Um dos principais itens que garantem a sustentabilidade para a Economia Criativa é a transdisciplinaridade, que permite o fluxo de informações necessário para geração de recursos intelectuais inesgotáveis. Entretanto, há falhas neste discurso, uma vez que setores importantes, que não necessariamente trabalham diretamente com tecnologias, mas têm grande potencial “criativo”, não são considerados “inovadores” e, portanto, acabam à margem.

É considerada também como princípio sustentável na Economia Criativa a valorização de espaços e ideias já existentes concomitantemente ao investimento em educação e capacitação de

peessoas para se melhorar o que já possuem. Entretanto, o que se vê é cada vez mais o surgimento de novos negócios e projetos, e não a reformulação e utilização de métodos já ativos, porém, com defasagens. Esta abordagem também pode ser aplicada com relação a fins lucrativos, o que é tão valorizado na Economia Criativa, mas não é essencialmente o mais importante para o desenvolvimento e, muito menos, para a sustentabilidade, que, como se viu anteriormente, tem outras dimensões, como o social e ambiental. Não é importante neste momento pregar a manutenção da dicotomia entre produtos culturais mercantilizáveis e não mercantilizáveis, recaindo, portanto, numa questão que foge ao principal interesse, mas, sim, afirmar a importância de um debate não reducionista capaz de mediar ações políticas. Embora a criatividade seja um conceito complexo e multifacetado, envolvendo variáveis cognitivas, ambientais e de personalidade (EYSENCK, 1999), o que aqui, sobre Economia Criativa, se prioriza é, sobretudo, a capacidade de indivíduos ou grupos manipularem símbolos e significados com o intuito de gerar algo inovador (HESMONDHALGH, 2002), ou ainda, segundo *Boston's Creative Economy* (apud SANTOS-DUISENBERG, 2008, p.58), como o “processo pelo qual as ideias são geradas, conectadas e transformadas em coisas valorizadas”.

Por fim, esta discussão traz à tona um importante problema teórico e estratégico: o das relações entre a promoção e a gestão da criatividade dos produtores culturais e artísticos em nortear sua atividade segundo os princípios difundidos pela Economia Criativa.

2. Solidariedade e Sustentabilidade

No segundo capítulo inicia-se a abordagem do discurso da Economia Solidária, seus processos e modelos e após isso é feita uma reflexão sobre a relação com a sustentabilidade.

2.1 Economia Solidária - breve histórico

Assim como foi feito com a Economia Criativa, antes de dar definições para Economia Solidária, o termo “solidariedade” será desmembrado e analisado. Segundo os dicionários Aurélio e Michaelis, solidariedade é o substantivo que indica a qualidade de ser solidário, de ter um sentimento de identificação em relação ao sofrimento dos outros. A palavra solidariedade tem origem no francês *solidarité* que também pode remeter para uma responsabilidade recíproca. A solidariedade não significaria, portanto, apenas reconhecer a situação delicada de uma pessoa ou grupo social, mas também consiste no ato de ajudar pessoas desamparadas, por exemplo. De acordo com o sociólogo francês Émile Durkheim, existem dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica expressaria a semelhança entre indivíduos e ajusta os detalhes da ligação entre esses mesmos indivíduos. Este tipo de solidariedade se manifesta através da religião, família, dos costumes e tradições, ou seja, aspectos que contribuem para o vínculo social. A solidariedade orgânica também tem como objetivo melhorar o vínculo social, mas isso acontece através da divisão social do trabalho. Neste caso, a diferenciação entre os indivíduos através do trabalho resulta na solidariedade, quando existe a interdependência e o reconhecimento de que todos são importantes.

Considerando essas características, iniciamos a conceituação de Economia Solidária. A Economia Solidária em sua teoria é uma nova forma de organização econômica a partir do trabalho coletivo, um outro jeito de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Na Economia Solidária todos precisam decidir em conjunto para assim, se beneficiarem de maneira igualitária. Ela também é percebida como uma forma de inclusão social. Muitas vezes, a motivação para se criar essas organizações solidárias realmente surge como uma estratégia de sobrevivência por parte dos trabalhadores.

Mas depois que se articulam, a iniciativa acaba ganhando uma dimensão organizativa mais ampla e um aspecto de movimento social. Segundo o Ministério do Trabalho do Brasil, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são, a partir dessa premissa, compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica a reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Sendo assim, ‘trabalho’ para a Economia Solidária, significa autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, trabalho e decisões coletivas, horizontalidade, associações e cooperativas populares, empoderamento e emancipação dos trabalhadores (Ministério do Trabalho, 2008).

Segundo consta no *Atlas da Economia Solidária no Brasil*,¹³ elaborado pela SENAES, o que se coloca como definição de Economia Solidária é:

(...) uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não no capital de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Assim compreendida, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve a dimensão social, a econômica, a política, a ecológica e a cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (SINGER, 2002).

A Economia Solidária surgiu no início do século XIX como um movimento dos trabalhadores retirados de seus meios de produção em resposta à pobreza e ao desemprego. Na

¹³ Contém informações sobre o mapeamento realizado para identificar atividades da Economia Solidária, o atlas traz dados de empreendimentos econômicos solidários distribuídos por municípios, estados, regiões, microrregiões, mesorregiões, territórios de cidadania e nacional.

Europa, os primeiros idealizadores do que o economista Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo o filósofo e pedagogo Martin Buber, esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (BUBER, 1945, p. 27). Na Inglaterra e nos Estados Unidos muitas comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas nessa época, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos, as diversas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela agressiva reação da classe patronal e pelo governo.

Com o objetivo de lutar contra a exclusão social e criar empregos, devido à crise na Europa, a partir da década de 70 esse processo de cooperativista/associativista volta com força através do surgimento de empresas geridas pelos próprios trabalhadores. O movimento cresce, por exemplo, no Brasil, onde empresas que estavam falidas começam a se recuperar lenta e isoladamente e se transformam em cooperativas que criam resistências à exclusão social e desemprego decorrente do neoliberalismo crescente, o que tornou possível o ressurgimento e crescimento do debate em torno de temas como a autogestão, cooperativismo e socialismo. Destaca-se aqui que nesse momento surgiram diversos movimentos étnicos e sociais que trouxeram como consequência nova visão do social a partir de sua relação com o econômico, com o político e com a relação do homem com o meio ecológico. Esses movimentos coincidiram em muitos aspectos com as demandas do movimento dos trabalhadores, criando um ambiente propício para unirem-se nessa “nova” economia solidária, e assim afirmar o caráter multidimensional do movimento. (MUNARIM, 2007, p. 15)

Em 1994, o filósofo francês Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota

formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional (LAVILLE,1994, p. 211).

O conceito de Economia Solidária para Lavile e Routang (1999) gera uma ênfase maior sobre os primeiros desejos da antiga economia social, que era originariamente interligar o econômico, o social e o político, visando uma articulação, pois a partir disso é que se encontra a essência da Economia social ou Economia Solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer. Ele visa muito mais a problematizar práticas sociais implantadas localmente (UFF, Economia Solidária, vol. 1).

A solidariedade a princípio indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca. Como será mostrado a seguir, é esse sentido que o adjetivo “solidária” assume no histórico da literatura brasileira. Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, pode-se partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária. O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro ‘Economia de solidariedade e organização popular’, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como:

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40).

No Brasil, a Economia Solidária surge devido à rejeição da classe trabalhadora ao processo neoliberal que culminou na extinção de milhares de postos de trabalho formal na década de 80. Os empregos faltaram tanto no setor privado como no público e os trabalhadores ao se depararem com tal realidade começaram a organizar seus próprios negócios na forma de cooperativas, ou mesmo assumindo empresas em processo falimentar adotando um controle autogestionário. Na mesma direção, pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, sindicalistas, religiosos, entre outros, foram construindo, cada uma sua maneira, mecanismos de incubação de experiências de ocupação e renda, geralmente em torno de grupos reduzidos de pobres e desempregados. (MUNARIM, 2007). Assim, começam a surgir grupos, organizações e movimentos sociais como a Cáritas¹⁴ e a ANTEAG,¹⁵ Ongs que promovem projetos alternativos comunitários os quais são capitalizados por fundos rotativos. E em meados dos anos 90, nasce em várias universidades as “Incubadoras de Cooperativas Populares”, visando ajudar os grupos comunitários a desenvolverem-se coletivamente em atividades econômicas. Inúmeras redes e organizações atuantes neste campo, como a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares,¹⁶ Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária,¹⁷ e a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT¹⁸ surgiram na última década, indicando o crescimento da Economia Solidária no país. Da mesma forma, surge o Fórum Social Mundial e a articulação internacional das várias práticas de Economia Solidária que vieram se integrando a partir dele, com repercussão diferenciada

¹⁴ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

¹⁵ A Fundação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão participa ativamente do movimento da Economia Solidária, tendo sido uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária.

¹⁶ Criada em 1999, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares tem como objetivo principal disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária.

¹⁷ Constituída em junho de 2000 no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária realizado em Mendes, no RJ, com organizações de diversas regiões do país, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES é um bloco histórico em formação.

¹⁸ Órgão da CUT, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese, tem como objetivo gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável.

em várias regiões do Brasil. A Economia Solidária, com a organização de redes, complexos e fóruns, possibilitou assim a integração de inúmeras experiências bem sucedidas, seu fortalecimento, qualificação, visibilidade e multiplicação.

Com a entrada, em 2002, de Lula ao governo, discute-se a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, via políticas públicas, para a “transformação” do Brasil. Nesse processo de colaboração e parceria entre organizações espalhadas pelo país e das lutas políticas travadas pelo conjunto desses atores, se constituiu, ao final de 2002, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES,¹⁹ cuja mobilização, apresentando propostas à Equipe de Transição, contribuiu para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária,²⁰ vinculada ao Ministério do Trabalho.

É importante atentar para as divergências entre terceiro setor, onde há presente a ideia de filantropia, que representa apenas uma forma específica de manifestação solidária, sem se aprofundar nas questões de reciprocidade mútua e a Economia Solidária. Também não se deve confundir como uma possível maneira do Estado anular suas responsabilidades. A Economia Solidária é um motor de desenvolvimento local, sustentável e culturalmente diverso, segundo especialistas na área e é assim que o Estado precisa compreendê-la. Através desse reconhecimento, o governo poderia priorizar as organizações solidárias para fazer as compras institucionais, gerar leis de fomento, criar linhas de crédito e custear a qualificação profissional com formação em Economia Solidária para que os integrantes desses grupos soubessem gerir melhor seus empreendimentos. Isso também significaria aumentar a participação popular na economia do país (Planeta Sustentável, 2008).

2.2 Discursos produzidos e a relação com a sustentabilidade

¹⁹ Promove a discussão da Economia Solidária e organiza mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

²⁰ Criada em 2003, a SENAES norteia políticas de ação e é parte da história de mobilização e articulação do movimento da Economia Solidária existente no Brasil.

A Economia Solidária, como foi como se pôde observar no início do capítulo anterior, é admitida como um possível caminho para solucionar os déficits do sistema capitalista nos quesitos: desenvolvimento econômico, social e sustentável. Não cabe no contexto da pesquisa a discussão sobre ideologias divergentes dos sistemas socioeconômicos, entretanto é interessante atentar para um fato específico. O professor Henrique Wellen nos proporciona uma reflexão em *Para a Crítica da “Economia Solidária”* ao analisar o contexto e o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. A Economia Solidária ganha força no contexto de hegemonia neoliberal (1991 a 2007) e é um projeto do Banco Mundial²¹ que os governos colocam em debate e em prática, com o objetivo de gerar emprego e renda. Mas o que o autor alerta é que a Economia Solidária pode tornar-se funcional à reestruturação produtiva do capital e à terceirização e precarização da força de trabalho, uma vez que as leis trabalhistas perdem força na Economia Solidária. Henrique Wellen demonstra a limitação e a impossibilidade da Economia Solidária, como projeto de transformação social, atuando dentro do mercado capitalista. As ações da Economia Solidária são, segundo ele, insuficientes para romper com a ordem do capital, e mais, coloca-se como retrocesso da luta dos trabalhadores na medida em que não explicita a independência da classe trabalhadora, mas a mantém dependente, embora em uma “zona de conforto”. A Economia Solidária propõe, adverte o autor, a geração de trabalho e renda para os trabalhadores, mas não a um projeto de emancipação política ou de emancipação humana.

É necessário não generalizar tanto o peso dessa crítica, pois é evidente a dimensão do domínio do capital sobre a sociedade, que muitas vezes interfere no progresso do desenvolvimento social, econômico e sustentável, mas as saídas vão ser construídas aqui nesta realidade, portanto são válidos os esforços da Economia Solidária. Os chamados empreendimentos econômicos solidários, por exemplo, dependem dos fluxos mercantis do capital para sobreviver, e de certa forma, são funcionais a ele, isso é obvio. Agora não se pode ignorar a luta histórica dos trabalhadores para auto organizarem o seu trabalho, terem domínio sobre os meios de produção, isso seria desprezar várias lutas e experiências importantes. Há de fato problemas e contradições na Economia Solidária, mas apontam também elementos de ruptura, que podem ser potencializados por meio de novas mediações, que podem contrapor a atual

²¹ Instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital.

funcionalidade. Talvez seja mais viável apostar na organicidade do trabalho do que na intervenção burocrática autoritária do Estado. “A economia solidária vai ser a economia de transição, ela vai nos ajudar a fazer o trânsito entre a produção e o consumo”, exemplifica Boaventura.

Gostaria agora de abordar a relação da Economia Solidária com a sustentabilidade juntamente com os discursos produzidos neste sentido. É pertinente abordar a compreensão sobre desenvolvimento sustentável inserido no contexto da Economia Solidária, uma vez que essa terminologia é bastante presente em sua fundamentação. O termo desenvolvimento pode ser visto e compreendido através de diversos aspectos, como já foi tratado antes. Ele, frequentemente, vem atrelado ao desenvolvimento econômico partindo da ideia equivocada de que pode fazer de tudo para obter esse crescimento da economia, desde a destruição dos recursos naturais até o fim das relações sociais saudáveis, com a ilusão de que a ciência e a tecnologia vão sempre solucionar os danos desse “crescimento”. Podemos contradizer essa premissa a partir das condições atuais da vida em todo planeta, onde há desastres naturais a todo instante, extinções de animais, vegetais e culturas inteiras e atrelado a isso, o aumento da pobreza, fome e doenças. Parte-se do princípio de que o desenvolvimento deve necessariamente estar vinculado a uma ótica endógena e de manejo de recursos naturais, evolucionista e quantitativa, muito mais voltada para as relações que para os fins (MILANEZ in CATTANI, 2003, p.77). Assim, compreende-se que desenvolvimento sustentável significa “uma forma de ver o desenvolvimento de uma sociedade, ciente dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico atual” (2003, p.76), objetivando, portanto, conciliar o processo de desenvolvimento sócio-econômico com a manutenção do equilíbrio ambiental. As práticas de Economia Solidária abrangem campos de atuação que não dizem somente respeito às questões estritamente econômicas. É retomada aqui a compreensão de desenvolvimento sustentável em um nível mais completo, onde se pode compreender um ciclo completo desde a produção até o consumo, transpassando questões como a forma de produção, a relação humana e de poder existentes nos grupos, os próprios grupos e formas de agrupamentos possíveis de serem geridos, os materiais utilizados para a produção e comercialização, distribuição e escoamento, o consumo e consumidor dos produtos, os resíduos gerados e o destino dos mesmos (COELHO, 2005, p. 3).

O surgimento de organizações solidárias se deu juntamente com a conscientização sobre a importância do respeito ao meio ambiente e da qualidade dos produtos oferecidos a sociedade, o que possibilita maior bem estar às comunidades, também se preconizou a preferência por empreendimentos locais, já que se tem aqui a concepção de desenvolvimento endógeno. Nessa perspectiva de se pensar o desenvolvimento, localmente, o indivíduo que tem um negócio no mesmo lugar onde mora, tem um vínculo diferente com seu empreendimento, há relações de pertencimento, uma vez que esse produtor/comerciante também é consumidor e morador daquela comunidade. Assim há visão não só de lucro, mas de cuidado, uma relação mais pessoal com aquela localidade. Nas grandes empresas, ninguém sabe onde mora o dono, o capital especulativo manda e não há nenhum compromisso com o local onde a empresa está instalada, não existe raiz, observa Daniel Tygel, integrante da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em entrevista concedida ao site Planeta Sustentável em 2008. Economia solidária também não combina com consumismo, já que o objetivo dos empreendimentos deixa de ser o lucro a qualquer custo. Nas feiras de troca, por exemplo, a ideia é que os produtos tenham durabilidade para que possam ser consertados e trocados entre as pessoas. Esse tipo de organização propõe que existem outras maneiras de ser feliz e assim também se pode contribuir para a preservação do meio ambiente. “A Economia Solidária não vai contra o consumo e sim contra o consumo como fetiche e que acaba gerando o isolamento entre as pessoas, o consumo como realização em si e não como a aquisição de um produto”, diz Daniel (Planeta Sustentável, 2008).

Luigi Verardo, assessor da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão) e coordenador executivo do FBES, defende que o compartilhamento de informações também é um dos aspectos de sustentabilidade da economia solidária, assim como já visto, também o é na Economia Criativa. É preciso se solidarizar, no presente, com o futuro, pois não seria justo deixar uma dívida com o planeta para as novas gerações. Deve-se também preservar o passado para que as tecnologias desenvolvidas e todo conhecimento acumulado pela humanidade não se perca. Utiliza-se a seguir, como exemplo de mudança de realidade através do compartilhamento, a dinâmica da indústria farmacêutica uma vez que cada laboratório cobra bilhões pela produção de remédios, pois gasta muito dinheiro com pesquisas, cujas descobertas

são mantidas como segredos industriais. “Se o trabalho fosse articulado em redes, a construção do conhecimento seria feita de forma semelhante aos softwares livres e haveria uma drástica redução de custos e seria possível desenvolver remédios não apenas para as doenças comercialmente viáveis”, especula Daniel.

Podem-se observar também aspectos da sustentabilidade social e econômica na Economia Solidária através da importância que as associações, cooperativas ou clubes de troca têm ao serem coletivos, suprafamiliares. Assim, os próprios trabalhadores são também os donos e os gestores do empreendimento e fazem essa gestão de maneira coletiva, sem que um tenha mais poder de decisão do que o outro, independentemente do cargo ocupado dentro da empresa solidária. Também é preciso que as atividades desenvolvidas sejam permanentes e não pontuais, e que a empresa de fato exista enquanto atividade econômica. Quando o assunto é dinheiro, é importante que não haja exploração entre as pessoas e nem má distribuição da renda. Em algumas organizações, a diferença entre o maior e menor rendimento não pode ser superior a seis vezes. Em outras, seja qual for a função do trabalhador, todos ganham o mesmo, para reforçar a ideia de que não há um cargo mais importante do que o outro. Mesmo quando há funções gerenciais dentro de uma organização solidária, elas podem ser ocupadas por qualquer um dos integrantes do grupo que seja eleito para assumir a posição. E, ainda assim, todos participam igualmente de qualquer decisão relacionada ao empreendimento (Economia Solidária: futuro do desenvolvimento?).

Ainda a respeito de sustentabilidade sócio-econômica, quando são organizadas feiras e clubes de troca, muitas vezes os membros optam por utilizar as chamadas moedas sociais. Para Tygel, uma feira de troca repensa o conceito de mercado e o de moeda. “Houve uma deturpação com relação ao valor da moeda. Com o fato de que muitas vezes se ganha mais com especulação do que com produção, nossa sociedade considera que a moeda tem valor em si, observa.” Nas feiras, os integrantes se autodenominam possuidores são produtores de bens ou serviços e, ao mesmo tempo, consumidores dessa produção e a moeda é gerida coletivamente. Pode acontecer de os membros se reunirem e decidirem que todos devem ganhar mais dez moedas para aquecer as trocas. Nas feiras, há uma percepção clara de que a moeda é apenas a memória de uma transação comercial e não uma riqueza em si, conta Daniel, sendo seu uso restrito, sua circulação beneficia apenas a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. Desse modo, não

há vantagens para os possuidores em acumular moedas ou em não possuí-las. O segredo para o sucesso dos empreendimentos ali reunidos é fazer com que essa moeda circule, de modo que ela financie a produção dos bens e serviços de que as pessoas precisem, bem como seu consumo. A moeda deixa de ser um símbolo de riqueza. A moeda social atua com benefício para a comunidade, evitando o vazamento monetário para outras comunidades, atuando exclusivamente em favor do desenvolvimento local, o que contribui, aos poucos, para o desenvolvimento em níveis maiores, gerando um maior equilíbrio e reduzindo a concentração de renda. Já a compreensão dessa lógica de maneira invertida, de crescimento exógeno, como se vê atualmente, não tem dado muito certo.

Fazendo um resgate ao primeiro capítulo deste trabalho, é plausível uma analogia. Baseando-se nos princípios da Economia Solidária, a Economia Criativa surge como uma oportunidade de resgatar o cidadão, inserindo-o socialmente, e o consumidor, inserindo-o economicamente, entretanto o consumidor precisa entender que quando faz suas escolhas, também escolhe quem vai ser beneficiado por seu consumo e quem vai pagar o preço por isso. É, portanto essencial ter conhecimento sobre a concepção de sustentabilidade, que vai desde saber de que maneira é feita a produção e sob que condições; se a empresa respeita o trabalhador; qual a origem do produto; que tipo de matéria prima é utilizado; qual o destino dado aos resíduos gerados, até valorizar relações sociais que sejam benéficas para os mais diversos grupos.

3. Estudo, encontro e encanto – A Rede Fitovida

O estudo de caso da Rede Fitovida nasce com objetivo de extrair a abstração da relação entre meio ambiente e cultura, pois embora a teoria seja importante, ela sozinha se torna pouco palpável nesse caso. Além disso, o estudo ocupou-se em abordar a atuação da Rede Fitovida como exemplo de ação que trabalha práticas tanto da Economia Criativa e da Economia Solidária, como com princípios de sustentabilidade já há algum tempo. Sendo assim, irá exemplificar e analisar um modelo de atividade sustentável que até então trabalhada de forma criativa e solidária, a maneira como funciona a sustentabilidade proposta no grupo e dialogar então, com que está sendo proposto por essas duas visões econômicas nesse sentido, se é diferente ou compatível.

Para realizar o estudo de caso, foram investigadas as ações do grupo e diagnosticada a atuação da sustentabilidade em suas propostas através da orientação de pesquisas já realizadas sobre Rede Fivotida, da visitação e participação às reuniões do grupo com conversas e principalmente com a observação participativa para compreender melhor suas proposições. O recorte desse tema sobre a Rede Fitovida poderá colaborar com futuras pesquisas e contribui para fomentar a o trabalho já realizado sob novas perspectivas e articulá-lo, desse modo, com outras áreas do conhecimento. Pretendia-se analisar a Rede como um todo, entretanto, devido à falta de mecanismos suficientes, como a falta de tempo e a questão da logística necessária, a pesquisa se deteve com mais especificidade no grupo Grão de Mostarda de Santa Maria - Belford Roxo, pois havia maiores facilidades de acesso e disponibilidade bibliográfica.

Os trabalhos realizados sobre a Rede Fitovida e que instrumentaram esta pesquisa e atuam como referenciais teóricos variam os olhares. A tese de mestrado em Ciências Sociais da UERJ de Mariana Leal Rodrigues, realizada em 2007, “Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo” se orienta pela perspectiva da questão feminina do uso das ervas, além da produção de um filme etnográfico. Em 2012, Patricia Pereira Peralta avalia em sua pesquisa de pós-doutorado intitulada “Rede Fitovida: estratégias de reconhecimento e proteção do seu conhecimento - um estudo de caso sobre a Rede Fitovida e as possibilidades de uso da

propriedade intelectual, mais especificamente a marca coletiva, como forma de proteção do conhecimento acerca do uso de plantas medicinais – relatório de pesquisa”, os instrumentos de proteção da propriedade intelectual dos detentores de conhecimentos tradicionais da Rede. No mesmo ano, Viviane Ramiro da Silva, através da dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense intitulada “Da medicalização à patrimonialização: as ações de reconhecimento da medicina popular engendrada por agentes associados à Rede Fitovida”, busca analisar o perfil das ações de agentes populares inseridos em movimentos e organizações articulados à Rede Fitovida que objetivam a patrimonialização de seus saberes e práticas. Mais recentemente, em 2013, Marcelle Ribeiro Felipe fez um mapeamento dos grupos da Rede Fitovida em seu trabalho de conclusão do curso superior de tecnologia do IFRJ, “Mapa cultural da Rede Fitovida da região metropolitana do Estado do Rio De Janeiro”. Essas contribuições, cada uma com seu aspecto, possibilitaram os processos centrais de embasamento teórico deste trabalho e também do trabalho de campo.

3.1 O que é

A Rede Fitovida é uma articulação de diversos grupos do Estado do Rio de Janeiro constituídos de pessoas que trabalham de diversas maneiras com o poder de cura através do uso das plantas. Os dados já são antigos, do ano de 2000, mas foram identificados 108 grupos participantes dessa rede, presente em 24 municípios de várias regiões do estado do Rio, embora existam outros que não mantêm articulações ou não foram identificados (dados colhidos em entrevista com membros da Rede Fitovida, 2014). A Rede Fitovida é composta por princípios que além de fazer uso medicinal das plantas, resgatam conhecimentos ditos como populares, uma imensa memória sobre ervas medicinais e medicina popular. Não há associações ideológicas, seja de partidos políticos ou religiosidade, com curas espirituais, mesmo que a maioria dos grupos se mantenha vinculado a espaços cedidos pela igreja católica, por exemplo. Os grupos articulam-se através de encontros estaduais e objetivam definir a construção de uma identidade comum. São nesses encontros que acontecem as trocas de produtos e conhecimentos que nunca se findam. Os grupos da Rede Fitovida geralmente ficam próximos a comunidades carentes, atuam em cozinhas, residências, espaços cedidos e até mesmo em espaços públicos como praças nas regiões, criadas simbolicamente para facilitar a organização, Metropolitana, Baixada, São

Gonçalo, Norte, Sul, Serra e Costa Verde do Rio de Janeiro; com a disseminação do conhecimento tradicional do uso e cultivo das plantas medicinais e da biodiversidade, através de práticas populares. Todos os grupos são motivados pelos saberes de medicina caseira popular que herdaram de seus ancestrais, tradição passada de geração para geração. Os grupos promovem atividades culturais para atrair e divulgar os seus trabalhos junto à população e integrá-la às ações desenvolvidas. O trabalho é voluntário, os produtos são vendidos a preço de custo e não há fins lucrativos, como constata a própria Rede Fitovida:

As receitas de cura e cuidado, passadas de geração em geração, são um patrimônio imaterial, parte da cultura brasileira, sendo assim, a missão da Rede Fitovida é transmitir e registrar os conhecimentos tradicionais e culturais por meio dessas práticas, distribuir e vender uma parte o que é produzido, a partir dos conhecimentos adquiridos a preço de custo. (Rede Fitovida, 2014)

Em conversa, percebeu-se que os questionamentos, que se estendem a toda rede, relatados pelos grupos durante a explanação do que vem a ser a Rede Fitovida, também perpassam sobre os direitos culturais que legitimam as atividades realizadas por eles. O interessante é que essa consciência veio dos próprios erveiros e raizeiros, não foi uma ação externa. A transição, que contou com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), modificou o modo de trabalho e transmissão do conhecimento e valorizou a figura dos mais velhos como detentores de saber. “A Rede Fitovida é uma rede de solidariedade que vai além dos conhecimentos fitoterápicos”, relata Letícia Viana (*apud* MENEZES, 2009), antropóloga do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, que acompanhou de perto o trabalho. O grupo pediu a ajuda do Iphan para enfrentar alguns problemas. Primeiro: a fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo: propriedade intelectual. O temor era que alguém registrasse a patente das ervas utilizadas no preparo dos remédios, aproveitando-se do conhecimento tradicional, de domínio específico de uma coletividade. Ao registrar esses saberes, o Iphan reconhecerá o valor cultural e legitima que esses saberes são coletivos, o que de alguma maneira facilita a convivência com a fiscalização e também dificulta o registro de propriedade sobre os conhecimentos tradicionais. O trabalho do Iphan com a Rede Fitovida teve o objetivo de orientar os grupos para a realização de um inventário, explica Letícia Vianna:

Eles identificaram os saberes e aplicações terapêuticas dos produtos, uniram o que era comum entre eles. O mais importante foi a participação dos integrantes na dinâmica de

elaborar os produtos: chás, xaropes, garrafadas, pomadas, sabão medicinal. Foram detalhados os modos de fazer. A capacidade de interação e articulação para produzir o material para o inventário foi ótima. Realizamos reuniões com os membros da rede para prepará-los para a pesquisa (MENEZES, 2009).

A antropóloga explica que é importante o apoio do Iphan na busca de caminhos para a preservação dos saberes tradicionais. “O inventário é um passo importante para preservar e transmitir os conhecimentos tradicionais. Ninguém pode se considerar dono de um saber que é bem comum”, afirma. Para o instituto, o patrimônio imaterial abrange as mais variadas manifestações populares que contribuem para a formação da identidade cultural de um povo. O Iphan ainda não registrou os bens culturais imateriais da Rede Fitovida, o inventário ainda está em processo.

Atualmente a Rede conta com o apoio direto do Ministério da Cultura no Ponto de Cultura Casa de Memória da Rede Fitovida,²² que é o espaço utilizado para valorizar, preservar, transmitir e registrar os saberes e as práticas do trabalho sobre a cultura tradicional no uso das plantas medicinais, vivenciado e realizado pelos grupos. O objetivo deste espaço é proporcionar a troca para o fortalecimento das referências ancestrais, além de motivar os mais jovens, através do intercâmbio do saber entre as gerações. O Ponto localiza-se em Belford Roxo.

3.2 Como surgiu

No início de 1999, Elisabeth Marins²³, uma das articuladoras da Rede, aponta que três pessoas que conheciam diferentes grupos comunitários perceberam a importância de conhecer e articular com esses outros diversos, e assim mapeou essas manifestações do Rio de Janeiro para

²² O Ponto de Cultura Casa de Memória da Rede Fitovida é um espaço físico que foi implementado para atender a comunidade e aos grupos da Rede Fitovida em 2010. Conta com a organização de oficinas externas nas regiões para aprofundar a memória, a cultura popular, o conhecimento das plantas medicinais e suas referências culturais.

²³ Elisabeth Cruz Marins, formada em administração de empresas, exerce um papel central dentro da Rede, assumindo não apenas a posição em um dos grupos da Rede, o Grão de Mostarda, como também a de uma espécie de “coordenação” da Casa da Memória do citado movimento, coordenação essa compartilhada com outros integrantes da Rede, representantes das regiões, que constituem uma comissão. As primeiras referências sobre Elisabeth vieram das pesquisadoras Mariana Leal e Patricia Peralta. Ambas apontavam o papel de coordenação central exercido por Elisabeth. Entretanto, na entrevista concedida a esta pesquisadora, Elisabeth afirmou não existir esse papel de coordenação, apontando a existência de uma comissão com diversos representantes das regiões pertencentes à Rede a compor o papel de coordenação da mesma. Não há, portanto, uma verticalização do poder, sendo o mesmo o mais horizontalizado possível, expondo, desde a estruturação, a conformação baseada na solidariedade e no apoio mútuo

saber onde tinham grupos que produziam remédios através das plantas, o que faziam, onde faziam e como faziam. Fizeram várias visitas a todos os grupos que conseguiram encontrar. No final do mesmo ano, resolveram parar e avaliar o trabalho que tinham feito. Chegando às seguintes conclusões: os grupos eram pequenos e trabalhavam comunitariamente para manipular as ervas medicinais; tinham dificuldade de refletir sobre o que faziam; havia insegurança e resistência quando eram chamados a conversar com o poder público; estavam isolados entre si; a maioria dos grupos funcionava no espaço da igreja católica; os participantes dos grupos, em sua maioria, sempre eram de mulheres, idosas ou jovens; havia grupos que já faziam esse trabalho há mais de 15 anos e havia uma dificuldade financeira muito grande, pois os integrantes dos grupos se mantinham sem nenhum apoio e recursos. Faziam os produtos com arrecadações que eram feitas entre os componentes para comprar o material de manipulação e depois passavam aos usuários a preço de custo ou doação. Conseguiram visitar cerca de 50 grupos em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Assim, em uma dessas visitas, um membro de um dos grupos, do Colégio Santa Catarina, em Petrópolis, que se propôs a dar todo o apoio para a equipe, ofereceu o espaço para que o encontro acontecesse. Assim em abril de 2000 aconteceu o I Encontro Estadual Popular de Terapias Alternativas em Saúde, estando presentes cerca de 150 pessoas representando os 50 grupos visitados no estado. O encontro foi de confraternização e troca de conhecimentos. Mas ficou uma inquietação por parte dos grupos: o que fazer dali pra frente? Essa pergunta foi feita aos participantes e foi proposto que a continuidade dos trabalhos daria seguimento aos seguintes encaminhamentos: uma equipe estadual de articulação dividida por região, a criação do jornal Fitoteia (Fito=ervas e Teia=grupos),²⁴ criação do Grupo da Partilha, um pequeno encontro estadual que seria a cada seis meses com o objetivo específico de trocar experiências teóricas e práticas. No início de 2001 a equipe estadual se reuniu e avaliou como o trabalho havia crescido. Já estavam na terceira edição do jornal Fitoteia e no segundo encontro do Grupo da Partilha com participação de mais ou menos 90 pessoas do estado do Rio de Janeiro. Em junho de 2001, aconteceu no Jardim Amapá em Duque de Caxias (RJ), o II Encontro Estadual Popular de

²⁴ Jornal produzido semestralmente com os informes dos grupos, sistematização dos Encontros da Partilha, receitas entre outras. Atualmente é organizado pelo Ponto de Cultura Casa da Memória e circula entre os grupos comunitários, feiras culturais, seminários, entre outros.

Terapias Alternativas em Saúde²⁵ com a participação de 250 pessoas. Foram criados alguns critérios de participação, ao todo 14, que chamaram de princípios. Todo aquele que desejasse participar do Grupo Estadual seguiria esses princípios. Foram levantadas várias propostas para identificar o grupo, que naquele momento a referência era o Grupo da Partilha ou Grupo Estadual, assim diante de votação da assembleia foi escolhido o nome Rede Fitovida (rede=grupos; fito=ervas e vida=vida saudável). Logo após o encontro uma companheira de Macaé desenhou os princípios fazendo uma cartilha e com desenho na capa para identificação do grupo, sendo aprovada por todos.²⁶ Assim nasceu a Rede Fitovida e a Cartilha de Princípios, para tornar a rede mais organizada. Seguem os princípios:

1. Praticar a solidariedade e ter comprometimento com a transformação da sociedade, valorizando pequenas experiências e a multiplicação delas;
2. Não ter fins lucrativos. Os recursos gerados se destinarão para a continuação do trabalho da comunidade e nunca serão destinados ao benefício das pessoas do grupo. Priorizar sempre as trocas solidárias. Facilitar para que as pessoas se tornem agentes protagonistas e não meros consumidores;
3. Cuidar da natureza, lutando contra todo tipo de violência contra ela e preservando sua diversidade. Pensar sempre em plantar toda vez que necessitar colher ou usar uma planta medicinal. Valorizar as plantas regionais e incentivar hortas comunitárias;
4. Acreditar que a medicina natural é uma opção para tornar nossas comunidades mais saudáveis e assim mais independentes da indústria farmacêutica;
5. Facilitar e fortalecer o movimento de organização, as trocas de experiências e a articulação entre os grupos, mas sempre respeitando as diferenças e mantendo a autonomia de cada grupo. Um grupo não deve querer mandar no outro e sim trocar com o outro. Manter uma direção descentralizada;
6. Participar da luta pela valorização de uma vida simples, mas com dignidade. Uma comunidade sem dignidade não é natural e nem saudável;
7. Resgatar sempre a nossa cultura e reconhecer a sabedoria popular como a fonte mais importante de conhecimento;
8. Valorizar e estimular a participação de cada pessoa da comunidade, respeitando as possibilidades de cada um;
9. Procurar sempre ouvir e respeitar a opinião do outro, principalmente daqueles que geralmente nunca são ouvidos pela sociedade;
10. Os grupos devem ser independentes do poder público;
11. Somos um movimento popular de grupos comunitários que não deve ser caracterizado como religioso nem partidário. Não pertencemos a nenhuma igreja específica nem a nenhum partido político;
12. Facilitar o acesso das nossas comunidades a alimentos saudáveis e integrais;
13. Socializar sempre as informações e os materiais;
14. Não aceitar o oportunismo, a desonestidade e a injustiça como naturais. Procurar sempre transformar a nossa sociedade em mais honesta, participativa e justa (PERALTA, 2012, p. 28).

²⁵ Esses encontros objetivam a construção de um caminho para o fortalecimento e aprofundamento dos direitos em usar as plantas medicinais e de outras terapias alternativas e populares.

²⁶ Material distribuído no III Encontro Popular Estadual em Experiências alternativas em Saúde, 2002

Hoje a rede cresceu bastante, já se faz presente em muitos acontecimentos importantes como o Fórum Social Mundial,²⁷ Feiras de Trocas Solidárias,²⁸ Encontro do ENA,²⁹ etc. Os grupos articulados aumentaram e surgiram novos grupos. Com essa nova realidade surgem outras necessidades.

3.3 À Campo – O Grão de Mostarda

O conhecimento sobre o grupo Grão de Mostarda, que faz parte da Rede Fitovida surgiu devido a maiores referências teóricas e facilidade de contato, como já dito anteriormente. Declaradamente a pesquisa prática é de fato uma experiência diferente e única para cada um, por mais que já se tenha estudado o assunto, e assim o foi.

O grupo surgiu no início dos anos 90, quando D. Bênis que trabalhava na Ação Social de Santa Maria - Instituição Filantrópica de Saúde que atendia a população da localidade e entorno - estava fechando por falta de recursos financeiros para continuar suas atividades. D. Bênis era uma líder comunitária da localidade, além de liderança da comunidade católica. Na ocasião ficou bastante preocupada com a situação das pessoas carentes e excluídas, acompanhadas pela Ação Social, que ficariam desprovidas de atendimento para cuidar da saúde. Com sua inquietude pensou em ajudar de alguma forma. Assim, com Padre Osvaldo, o Pároco responsável pela Paróquia Nossa Senhora de Fátima na época, que também tinha uma sensibilidade muito grande pela situação de exclusão da população na localidade resolveram juntar forças e fazer uma ação que amenizasse o problema. D. Bênis que era conhecedora do uso tradicional de plantas medicinais e produzia remédios caseiros como pomada e sabão para fazer curativos nas pessoas que não tinham condições financeiras de comprar, resolveu investir no que sabia para começar um trabalho na

²⁷ O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil. Se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional.

²⁸ São espaços que tem o intuito de organizar e tornar permanente as trocas de mercadorias e serviços e saberes para o desenvolvimento de uma comunidade local.

²⁹ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural.

comunidade. Chamou Irmã Eliacir, outra pessoa sensível a causa para participar da equipe e membro da paróquia. Esta foi convidada por padre Osvaldo a fazer um curso em Petrópolis de auxiliar de enfermagem no Colégio Santa Catarina e lá aprofundou também o conhecimento tradicional no uso de plantas medicinais e remédios caseiros, aproveitando da sua formação em Biologia e da afinidade que tinha com esse conhecimento. Juntas D. Bênis e Irmã Eliacir começaram a envolver algumas pessoas da comunidade que também detinham esse conhecimento para conversarem pensando em colocar em prática uma ação solidária para ajudar as pessoas que necessitavam.³⁰

Assim, começou na casa de Irmã Eliacir a produção de remédios caseiros como xaropes, farelos, pomadas e sabão que eram doados a pessoas carentes acompanhadas pela comunidade católica. Sensibilizada com a causa, a comunidade juntamente com os padres da paróquia de Nossa Senhora de Fátima, localizada na Av. Estrela Branca, nº 116, Santa Maria - Belford Roxo, deu como prioridade no ano de 1995 a construção da sede do projeto, no terreno da igreja, atendendo a um desafio da Campanha da Fraternidade que falava dos excluídos. Começaram a promover eventos para construir uma sede, onde o projeto melhor pudesse acolher as pessoas que procuravam ajuda. O projeto teria como objetivo a promoção da vida humana através de: educação prática em saúde e alimentação alternativa; produção de remédios caseiros; horta comunitária de plantas medicinais. A primeira equipe do projeto teve muito trabalho, iniciando suas atividades em 8 de outubro de 95. Mesmo tendo passado pelo projeto várias pessoas e equipes, o trabalho sem mantém vivo até hoje. Diz-se que o Projeto Grão de Mostarda é como a verdadeira semente de mostarda. Pequena e minúscula, mas quando germina e cresce, dá vida a uma árvore frondosa (FELIPPE, 2013).

O Projeto Grão de Mostarda é um grupo grande dividido em vários ramos: produção de remédios caseiros, horta comunitária de plantas medicinais, bioenergética, reik, acupuntura, auriculoterapia, florais e reflexologia. Para conseguir desenvolver os trabalhos eles pedem uma pequena contribuição pelos produtos para reposição de matéria prima e sempre organizam eventos como feiras, almoços e um bazar, com o objetivo de arrecadar recursos para a manutenção do projeto. Eles produzem pomadas, garrafadas, sabonete, xampus, condicionadores, óleos, essências destiladas, leite forte, multimistura, vermífugo e pó de ovo, e funcionam três dias por sema-

³⁰ Informações retiradas da Cartilha sobre o Projeto Grão de Mostarda, 2010.

na, as terças, quartas e quintas-feiras pela manhã. Os componentes do grupo se revezam durante os dias e horários de funcionamento e de acordo com a disponibilidade de cada um para não pesar para ninguém. A forma de divulgação do projeto que despertou curiosidade, pois de certa forma possibilitou a chegada desta pesquisadora até eles, é simples. Há divulgação sempre nas missas e celebrações da igreja, porém a maior divulgação é feita de forma oral entre as próprias pessoas que frequentam o projeto e são beneficiadas com o uso dos produtos. O espaço é delimitado por uma cozinha, duas salas pequenas e uma horta.

O primeiro contato, ainda esse ano, com o Grão de Mostarda foi bastante positivo e deu-se início ao estudo, que virou encontro e depois encanto. O grupo mostrou-se muito receptivo e acolhedor, e ao contrário do que se imaginava, não houve receio algum. Pareceu que o grupo, também por já ter sido alvo de algumas pesquisas, está acostumado e à vontade com visitantes, apesar de que o primeiro contato foi com o intuito de observar e entender o trabalho antes do aprofundamento em outras questões. Talvez o grupo seja até um pouco “privilegiado” por estar próximo ao Ponto de Cultura Casa de Memória, da Rede Fitovida.

Com as visitas ao Grão pôde-se perceber as relações mais profundas, não só de conhecimentos tradicionais, mas uma relação de pertencimento, um vínculo afetivo com as práticas ali realizadas, as relações pessoais entre os membros quando trabalham e com a comunidade, que visita o grupo mesmo que para conversar. Há um forte desejo de manter vivo tudo aquilo. Eles entendem que a Rede Fitovida é uma maneira de fortalecer o trabalho que fazem e compreendem que as diferentes formas de atuação dos grupos e diferentes remédios produzidos, pois vão de acordo com as demandas de cada comunidade, assim como a diferença de se produzir as mesmas coisas, que varia, uma vez que a intenção da rede não é padronizar, pois na diversidade está a riqueza cultural. Esses conhecimentos, assim, se somam e não se anulam, eles têm grande interesse em compartilhar. Realmente o grupo é de maioria feminina, mas a presença masculina não é incomum, pelo contrário, há agentes e detentores do conhecimento tradicional bastante influentes. O que foi percebido também é que as pessoas que procuram ajuda hoje não são só, necessariamente, as mais carentes, que inclusive cobram quando há falta de remédios e sentem que o grupo é parte daquela comunidade, mas também pessoas que querem ter uma opção de vida mais saudável ao resgatar as suas origens, a sua autoestima e a sua identidade. Daí a grande referência do projeto hoje na localidade.

Foi notado que o grupo já se respalda com a utilização de alguns termos técnicos como “agentes do conhecimento tradicional”, “detentores do conhecimento”, “referência cultural” e isso é positivo, pois revela legitimação das práticas do grupo como busca para criar identidade. Nesse sentido pode-se exemplificar que quando se iniciou a conversa sobre as proposições do Grão, a presente pesquisadora se referiu aos medicamentos como fitoterápicos e logo veio a colocação de Beth: “Não dizemos mais fitoterápicos, são produtos naturais de uso tradicional, são remédios caseiros produzidos artesanalmente. Os fitoterápicos³¹ dão a ideia de industrialização.”

Como principais dificuldades relatadas e percebidas podem-se citar o interesse muito restrito ainda pelo público mais velho, porém há ajuda de alguns jovens quando tem atividades específicas como feiras e encontros. A necessidade de pessoas voluntárias para participarem do projeto, que culmina no acúmulo de atividades nas mãos de poucos também se torna um problema, juntamente com a falta de recursos e a falta de conhecimento específico para empoderamento das suas atividades, tornando-se entraves. Os grupos comunitários expressam muita preocupação e receio de prestar um serviço informal de saúde à comunidade sem o seu reconhecimento por políticas públicas. O principal sentimento é de medo que a vigilância sanitária possa fechar as cozinhas ou aplicar multas, por exemplo, ou ainda mover algum processo judicial sobre as pessoas responsáveis pelo trabalho.

Há uma resistência em relação à cientificidade, o natural não é atrelado à ciência para eles, e sim o oposto. Segundo Rodrigues (2007), a tentativa da Rede Fitovida em definir as práticas de cura dos grupos de saúde por meio de sua inserção na esfera do patrimônio é uma forma de legitimá-las. Para esta autora, essa ação expressaria o fim do conflito entre medicina popular e medicina científica, visto que a reivindicação da Rede Fitovida passa pela autonomia dos grupos de saúde em realizar suas ações de cura sem se submeter à lógica médica hegemônica. A relação com a tecnologia, com a qual a maioria dos membros não tem muita afinidade, varia, pois da mesma forma que se sentem defasados sem o seu domínio para práticas de administração do Ponto de Cultura, por exemplo, acreditam que ela possa prejudicar a transmissão do conhecimento de maneira tradicional. Isso pode ser desmistificado, por exemplo, com o mapeamento online da

³¹ Fitoterápicos são medicamentos feitos a partir de plantas medicinais, onde se utilizam exclusivamente derivados de droga vegetal tais como: suco, cera, óleo, extrato, tintura, entre outros.

Rede Fitovida,³² realizado Por Marcelle Felippo, que possibilita acesso, troca e divulgação dos projetos.

Há a busca constante por saídas da legislação brasileira que favoreçam as práticas do grupo, em relação à fiscalização sanitária e exercício ilegal das práticas medicinais, se respaldando na importância social, cultural e política do grupo para as demandas da comunidade. O Grão de Mostarda é um grupo urbano com conhecimento tradicional que funciona e deve ser incentivado, entretanto os desafios são muitos, pois não há apoio das esferas políticas mais próximas, como prefeituras, para desenvolverem novas políticas e processos de continuidade, pois o que há até agora são ajudas e não parcerias para se consolidar práticas efetivas. É necessário também o direcionamento da comunidade para a construção de argumentos.

Apesar dos problemas, como exemplo de detentora do saber, D. Terezinha que está no grupo desde a sua formação, há 19 anos, e é detentora do conhecimento tradicional, já deu diversas entrevistas e passou por todas as dificuldades do projeto, hoje sente orgulho de falar do conhecimento que tem do trabalho que faz e da sua vitalidade e força de vontade aos 83 anos.

3.3.1 A relação com a sustentabilidade

O objetivo da Rede Fitovida é manter um espaço de troca e desenvolvimento comunitário resgatando conhecimentos, unir os atores sociais que trazem seus saberes e com isso beneficiar a população através da ligação com seu ambiente natural. A maioria dos medicamentos, hoje disponíveis no mundo, é ou foi originado de estudos desenvolvidos a partir da cultura popular, do saber transmitido pela oralidade, no qual contribuem para a valorização da biodiversidade no campo científico. A certeza da qualidade das plantas a serem utilizadas na preparação dos remédios está relacionada principalmente à identificação correta da espécie, ao cultivo agroecológico³³ ou à sua coleta com técnicas sustentáveis. Confirma-se, portanto, a sustentabilidade, em diferentes níveis, social, cultural e ambiental como um dos princípios da rede, entretanto, a sustentabilidade nesse caso se dá de maneiras diferentes:

³² Disponível em <http://marcelleverdejar.wix.com/maparedefitovida>

³³ A agroecologia consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

A Rede Fitovida é composta por grupos comunitários do Estado do Rio de Janeiro que compartilham princípios de solidariedade e respeito à natureza. Todos os grupos têm em comum a prática, a vivência, a boa relação com as plantas medicinais e outros elementos da natureza que compõem as práticas populares de saúde. (Rede Fitovida)

O que há na Rede Fitovida é o reconhecimento de si como parte do que deve ser preservado e não somente preservar para poder desfrutar por mais tempo. A concepção do “sustentável” muda e através do estudo com o Grão de Mostarda foi possível analisar que a sustentabilidade se dá de forma natural também e não somente planejada. Não há intenção embasada cientificamente, apesar de haver sim consciência sobre a importância da defesa do meio ambiente, o que é refutado nas oficinas da Rede Fitovida, por exemplo, que já trabalharam com reciclagem; mas o que se observa concomitantemente é uma intenção intrínseca, não somente uma preocupação formulada, mesmo quando o grupo se autodenomina sustentável. Procurou-se saber se o Grão de Mostarda trabalhava com a sustentabilidade e Elizabeth concluiu, “O nosso próprio trabalho por si, na minha opinião, já é sustentável”. Todavia, é válido lembrar que existem outros olhares a respeito da sustentabilidade na Rede Fitovida, mas é transpassada na pesquisa a visão que se teve a partir do contato com o Projeto Grão de Mostarda.

Com o trabalho de campo foi possível visualizar que a sustentabilidade preconizada pela Rede Fitovida não fica somente no campo das ideias. A sustentabilidade ambiental no Grão pôde ser observada através de práticas como a defesa da natureza em todas as suas formas, lutando contra qualquer tipo de violência contra ela. O uso de plantas de acordo com a época e a região, o que reduz a extinção das mesmas, sempre incentivando a plantação. Outra prática de preservação das plantas é a produção de garrafadas, feitas com cascas e folhas que minimizam os danos das plantas, ao mesmo tempo em que possibilita a utilização do remédio sempre que necessário, pois a planta não é extraída por completo. O incentivo a criação de hortas comunitárias possibilita maior acesso às plantas medicinais por todos. Os remédios produzidos procuram utilizar a planta ou fruto em sua totalidade e o que não se usa para produção deles, é usado para a alimentação ou adubos, o que reduz desperdício e o lixo eliminado. A horta não utiliza agrotóxicos, o que é mais saudável e evita a poluição do solo, na colheita de folhas e frutas há o cuidado de saber retirar para a planta não morrer. Como o grupo se localiza em uma região marginalizada quanto a investimentos de infraestrutura, há constante falta de água, entretanto a população sabe valorizar a água quando a tem e pratica a economia.

Mas existem outras práticas sustentáveis observadas como a cultural e social, pois a consciência do compartilhamento e necessidade de difusão dos conhecimentos tradicionais impedem que as práticas se findem e geram transmissão para que outros possam se apropriar. Lembra-se aqui também que a valorização da diversidade dos grupos, que trabalham de maneiras diferentes, embora busquem a mesma identidade, também é um princípio sustentável, uma vez que possibilita a formação de novos conhecimentos. Além disso, as atividades contribuem para melhorar a qualidade de vida daqueles que dependem dos produtos vendidos a preço de custo, pois não têm acesso a outras medidas terapêuticas. E essas práticas são realmente incorporadas pela comunidade como uma questão de pertencimento, uma vez que até mesmo os médicos do posto de saúde próximo receitam remédios caseiros produzidos pelo Grão. Essa troca com a comunidade ainda propicia a doação de ervas e matéria primas como embalagens, de moradores para o grupo, proporcionando sustentabilidade econômica, por exemplo, assim como os eventos produzidos para arrecadar fundos.

3.3.2 Economia Criativa e Solidária

É possível visualizar, através do estudo com o Grão de Mostarda, uma ausência de algo palpável quanto ao quesito sustentável dentro da Economia Criativa, pois sua fundamentação ainda se baseia em medidas superficiais, que não persistem com o tempo e que não são realmente consistentes e eficientes. Quanto às medidas sustentáveis de desenvolvimento traçadas na Economia Criativa propostas no Plano da SEC, elas foram analisadas como diretrizes possíveis de serem alcançadas através do estudo de caso realizado com Rede Fitovida, que já realiza um importante trabalho na área e desenvolve propostas, por exemplo, com a transmissão do conhecimento, não deixando acabarem os saberes que geram benefícios.

Ainda a partir do estudo de caso, pode ser compreendido que não há reconhecimento e acompanhamento suficiente para com o desenvolvimento de propostas sustentáveis que já existem atrelados à criação de novas ações, o que compromete a continuação de práticas nesse sentido e principalmente a consolidação das novas. Pois a Rede Fitovida já trabalha com práticas sustentáveis que originam produtos sustentáveis, com saberes que se propagam ao longo do tempo, produzindo uma cadeia produtiva de informação e conhecimento, gerando fluxo de ideias, além de valorizar a diversidade cultural e promover inclusão social. Entretanto, a Rede não é

reconhecida, segundo o Plano da SEC como fomentadora de processos criativos, uma vez que não trabalha com inovação, no sentido que o Plano produz, por exemplo. A inovação se dá nas atividades desenvolvidas pela Rede Fivotiva através da formulação de novos conhecimentos e novas trocas, o conhecimento é tradicional, mas é mutável e não conservador, e isso a torna inovadora também. O que pode perceber é que apesar de não de não seguir as expectativas da Economia Criativa, na visão do Plano, os grupos têm bastante interesse em conhecer e se tornar parte desse processo, afinal, por que não?

Uma questão bem pertinente que foi levantada pelo próprio grupo foi a relação com o voluntariado que torna-se complicada, não pelo interesse em ganhar dinheiro com essas práticas, mas há acúmulo de funções para poucas pessoas, gerando desgaste. É difícil conciliar as atividades dos grupos com a vida e sustento pessoal, as pessoas precisam trabalhar para se manterem. E esse é um facilitador para outras implicações, como a presença do jovem, que estuda e trabalha e acaba se afastando das atividades, que por sua vez acabam se centralizando nos mais velhos, muitas vezes aposentados. Nesse sentido podemos visualizar uma relação com a Economia Criativa proposta pelo Plano, visto que para ser criativo segundo suas especificações é necessário gerar riquezas, entretanto a riqueza pode se dar de muitas formas e não só com lucros. Assim o que se constatado é que o Plano da Secretaria de Economia Criativa direciona a maneira que produtores e articuladores da cultura devem seguir para que se enquadrem nas suas dimensões, uma vez que deveriam existir ações que incluíssem as demandas já existentes, funcionando como propulsoras de melhorias.

Com relação à Rede Fitovida, especialmente com o Grão, o que se pôde observar foi uma maior afinidade com a Economia Solidária. Foi se formando uma grande rede de trocas e se consolidando um movimento popular de grupos comunitários que têm em comum a prática da solidariedade e o compromisso com a transformação da sociedade. Os grupos e pessoas envolvidos neste trabalho não têm fins lucrativos e encontram na natureza sua fonte de inspiração. Considerando essas características, pondera-se que a partir do trabalho coletivo, há um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, pois todos decidem em conjunto e se beneficiam igualmente, não há exploração. Também é percebida como uma forma de inclusão social a atividade, uma vez que a motivação para se criar a organização da

Rede Fitovida surge como uma estratégia de sobrevivência, no caso o atendimento para a saúde, da própria comunidade dos trabalhadores, o que refuta os princípios solidários. As atividades da Rede Fitovida, assim como as da Economia Solidária se iniciaram com pequenos grupos e depois foram se organizando melhor, criando um movimento social. Os resultados econômicos, políticos e culturais e no caso da rede, de saúde, são, a partir desta premissa, compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Isso recai sobre a ideia de ‘trabalho’ para a Economia Solidária, significando autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, trabalho e decisões coletivas, horizontalidade, associações e cooperativas populares e empoderamento, que é justamente o que ocorre na Rede.

Podemos observar que a Economia Solidária, assim como os preceitos da Economia Criativa, visa promover o desenvolvimento em diferentes aspectos. E assim com o estudo de caso, foi percebido que a Rede Fitovida promove o desenvolvimento através do foco nas práticas de processo, as relações que fazem parte dele e assim, o resultado final vem em consequência. A valorização econômica é sim importante, mas não é o essencial para o desenvolvimento social sustentável. Ainda podemos citar a valorização da comunidade, o trabalho é feito com e para a comunidade do entorno, estreitando vínculos sociais, estimulando o desenvolvimento conjunto aos poucos. Isso é o que ocorre com os grupos da rede, que trabalham em estruturas locais, mas não se isolam, há a troca e assim, maior possibilidade de desenvolvimento, com grupos pequenos, com compromisso, promovendo uma ação endógena e com equilíbrio.

CONCLUSÃO

A pesquisa aqui empreendida teve como objeto de discussão a relação entre meio ambiente e cultura através da análise da sustentabilidade na Economia Criativa e na Economia Solidária, incluindo a exemplificação prática das atividades de integrantes da Rede Fitovida. Para dar conta dessa proposta, a pesquisa foi definida também com o estudo de caso, metodologia pertinente ao campo dos estudos culturais. Tomando inicialmente como base as pesquisas na área e as propostas dos grupos da Rede Fitovida, a pesquisa acabou por deparar-se com algumas categorias a serem trabalhadas para melhor compreensão do objeto de estudo, tais como desenvolvimento atrelado à sustentabilidade em diversos níveis.

O exercício de avaliar propostas e desconstruir pressupostos da SEC, cujo Plano não atuou como um referencial teórico neste trabalho, mas como um documento produzido, e da Economia Solidária durante a pesquisa, pôde proporcionar um novo olhar para o desenvolvimento de políticas para a sustentabilidade em nível ambiental, social e cultural. O estudo de caso, principalmente, teve esse papel de auxiliar a exemplificação prática de ações. O estudo da Rede e com o Grão proporcionou experiências de transformação sobre as diferentes visões das relações humanas, tanto em questões particulares, como as que envolvem a sociedade.

No primeiro capítulo foi abordada a conjuntura da Economia Criativa e feita uma exposição das ações que orientam os esforços de preservação meio ambiente, relacionando assim a Economia Criativa com a sustentabilidade e desconstruindo os discursos produzidos até então. A desconstrução possibilitou discussões pertinentes embora não tenham abrangido todas as vertentes de pensamento sobre a atuação da sustentabilidade na Economia Criativa, se focando mais no Plano da SEC. Já no segundo capítulo iniciou-se a análise do discurso da Economia Solidária e seus processos, mostrando a relação com a sustentabilidade. No decorrer do capítulo percebeu-se um maior alinhamento da Economia Solidária com proposições sustentáveis, que inclusive tem bastante conexão com o estudo de caso no capítulo seguinte. O terceiro capítulo trouxe o estudo de caso da Rede Fitovida que retirou a abstração da relação entre meio ambiente e cultura. O estudo refletiu sobre a atuação da Rede Fitovida como exemplo de ação que trabalha práticas tanto da Economia Criativa e da Economia Solidária, como com princípios de sustentabilidade. Assim

analisou-se a maneira como funciona a sustentabilidade proposta no grupo, que dialoga com que está sendo proposto pelas duas visões econômicas. O estudo de caso não conseguiu, entretanto, promover um olhar mais abrangente sobre a atuação da sustentabilidade na Economia Criativa e na Economia Solidária, pois se restringe a uma localidade específica.

A reflexão da cultura como o lugar e o instrumento para a extensão das potencialidades do homem se transforma no pilar do desenvolvimento sustentável. As práticas culturais observadas no estudo de caso tanto têm a ver com preservação, como com revolver os problemas decorrentes de práticas insustentáveis e transformar realidades, traduzindo um modelo de troca e solidariedade. O desenvolvimento sustentável entendido nesse contexto está circunscrito na expansão da liberdade de atividades e de idéias, tanto atuais como, como as das próximas gerações, articulando consciência coletiva, conexão e pertencimento, visando um bem comum e maior, dando assim substância para o conceito que a sustentabilidade tem hoje, um pouco superficial. Observa-se a partir desse panorama que uma conjugação entre Economia Solidária e Economia Criativa pode tornar mais claro o intrínseco caminhar da cultura com o desenvolvimento sustentável real, uma vez que a solidariedade conecta as pessoas e a criatividade emerge da diversidade e da coletividade. Assim, a Economia Criativa e a Economia Solidária promovem a transversalidade social e cultural para que o entrelaçamento de pensamentos simultâneos e diversos, advindos de todas as localidades, gerações e classes sociais, possa gerar novas conexões, transformando assim fronteiras em pontes de diálogos.

Finalmente, após essas etapas de abordagens teóricas e práticas obteve-se material palpável para a discussão e elaboração investigativa da eficiência e consistência da sustentabilidade proposta pela Economia Criativa e Solidária, onde há funcionalidade da sustentabilidade, porém são ações pontuais sem investimentos ainda suficientes sejam financeiros ou sociais. A questão aqui não é dizer se é melhor a Economia Criativa ou a Solidária, mas sim administrar as fundamentações positivas de ambas para fazer fruir ações como as da Rede Fitovida e ao mesmo tempo desmistificar algumas proposições. Não há realmente um auto reconhecimento do grupo pesquisado como parte desses processos econômicos. Há sim um entendimento de que se produzem nos grupos ações solidárias, mas nada especificamente da Economia Solidária. Em relação à Economia Criativa, não há sentimento de pertencimento, pois ainda estão entendendo o seu conceito e o que tem em comum com o que preconiza o modelo. Do

ponto de vista da Economia Criativa proposta pelo Plano da SEC, os projetos da Rede Fitovida não se enquadram completamente como parte dela devido à relação com a inovação e geração de riqueza, entretanto constata-se aqui que se pode plenamente buscar uma articulação, uma vez que a Economia Criativa valoriza a sustentabilidade, a diversidade e a inclusão social, que são princípios também da Rede Fitovida. Além disso, na Economia Criativa, o patrimônio imaterial, aqui se inclui os saberes da Rede Fitovida, é considerado um setor criativo pela própria SEC. Já a Economia Solidária enquadra, a partir de toda a análise feita até aqui, as atividades da Rede como difusoras de princípios solidários.

É necessário compreender a cultura como o maior estímulo para a criatividade, e como é caracterizada pelo acúmulo de conhecimento e pela troca do mesmo, também promove solidariedade, permitindo assim, acesso e ampliação de escolhas, liberdade e dignidade. A cultura atuando com princípios de Economia Criativa e Solidária ajuda a promover desenvolvimento por si só, de forma associada e também em simbiose com forças sociais, ambientais ou econômicas. Ela é um veículo de identidade, valores, significado e comunidade e estabelece canais eficazes e estimulantes para o desenvolvimento sustentável que visa melhorar as vidas de indivíduos e do planeta.

REFERENCIAS

A EDUCAÇÃO que precisamos para o mundo que queremos. GT Educação / Rio+20. 6 p. Encarte distribuído durante a Cúpula dos Povos / Rio+20, Rio de Janeiro, 2012.

BARBALHO, Alexandre. A economia da cultura: Algumas questões em torno do conceito de indústria cultural. In: Cláudia Leitão. (Org.). *Gestão Cultural. Significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; MIGUEZ, Paulo; ROCHA, Renata (Orgs.). *Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BERTUCCI, Ademar de A. e SILVA, Roberto M. A. *Das Alternativas de Sobrevivência à Economia Popular Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira*. Revista Proposta nº 97. Brasília. 2003.

BERTUCCI, Jonas de O. *A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária*. Tese (Doutorado em Sociologia). UNB. Brasília. 2010.

BENDASSOLLI, Pedro F. *et al. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades - Creative industries: definition, limits and possibilities*. São Paulo, Jan./Mar.2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000100003>>

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

BOLAÑO, Cesar. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BRANT, Leonardo. *O Poder da Cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Petrópolis, 2009.

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1945.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

_____. *Políticas culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itaú Cultural - Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

COELHO, Julia. *Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS*. Salão de Iniciação Científica.

Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/52749>>

COMPÊNDIO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE NAÇÕES. Indicadores de Nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade: Gestão do Conhecimento / organização, pesquisa, textos e captação de recursos Anne Louette. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2009.

CRIANDO FUTUROS: GOVERNOS DESEJÁVEIS. Cultura e Mercado, outubro de 2010.

DEHEINZELIN, Lala. *Economia Criativa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local*. In: Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. Vitória: SEBAE & SECULT, 2008.

Economia Criativa: um conjunto de visões. Capítulo: Quatro infinitos, um óculos 4D e uma mãozinha para se ter futuros sustentáveis, p. 50-58. São Paulo: Fundação Telefônica, 2012.

FELIPPE, Marcelle Ribeiro. *Mapa cultural da Rede Fitovida da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro*. Trabalho de conclusão de curso em Produção Cultural. Nilópolis: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2014.

FIRJAN. *A cadeia da indústria criativa no Brasil. Estudos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro*. n. 2, mai. 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAIGER, L.I. (Org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUÉLIN, André. *L'invention de l'économiesociale*. Paris: Econômica, 1998.

GUILHERME, Luciana. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: O caleidoscópio da cultura*. Políticas Culturais em Revista, p. 230-233, 2008 –Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>

LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). *L'économiesolidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LECHAT, Nöelle Marie Paule. *As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil*. II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas, 2002.

LEITÃO, Cláudia, *Et al. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014*. Brasília: Minc, 2011.

LIMA, Ricardo Gomes. *Rio+20: o papel da cultura no desenvolvimento sustentável*. In: Revista de Meio Ambiente Goethe Institut, junho de 2012.

LIMA, Ricardo Gomes. *O papel da cultura no desenvolvimento sustentável*. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), 2012.

HESMONDHALGH, D. *The cultural industries*. London: Sage, 2002.

MENEZES, Suelen. *Retratos - Plantas medicinais*. In: Desafios do Desenvolvimento. Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Ano 7 . Edição 55 – 17/11/2009

MIGUEZ, Paulo. *Repertório de fontes sobre Economia Criativa*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2006 e 2007.

_____. *Economia Criativa: uma discussão preliminar*. In: Teorias & políticas da cultura. Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.). Salvador: EDUFBA, 2007.

MILANEZ, F. *Desenvolvimento Sustentável*. In: CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental, Coordenação da Agenda 21. *Agenda 21 Brasileira: Avaliação e Resultados*. Brasília, DF, 2012.

Ministério da Saúde – farmácia viva e inclusão social, N 124, Brasília, 2006

Ministério do Trabalho – A economia solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>> .

MIRANDA, Regina. *[Rio] Cidade Criativa: Cultura como Quarto Pilar do Desenvolvimento*, p. 71-75. Rio de Janeiro, 2010.

MOTTA, Eugenia. *Trajetórias e Transformações no mundo da economia solidária*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MUNARIM, Aquiles. *Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: superação do capitalismo?* Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

PASCHOAL, José Wilson Armani. *A arte de gerir Pessoas em ambientes criativos*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PERALTA, Patricia Pereira. *Rede Fitovida: estratégias de reconhecimento e proteção do seu conhecimento*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PLANETA SUSTENTÁVEL. *Economia Solidária: futuro do desenvolvimento?* Por Thays Prado, 2008. Disponível em <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo>>.

PLANO DA SECRETARIA DA Economia Criativa: POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011. 148 p.

RAZETO, Luis. *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

REDE FITOVIDA: Disponível em <<http://redefitovida.org.br/>>

REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

_____. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Editora Manole Ltda, 2009.

_____. *Economia Criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca & Peter Kageyama (orgs). *Cidades Criativas – Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

RELATÓRIO DE Economia Criativa 2010 – Economia Criativa: UMA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO VIÁVEL. UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), 2010. 393 p.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas culturais entre o possível e o impossível*. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2006.

RODRIGUES, Mariana Leal. *Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo*. 2007. 164p. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

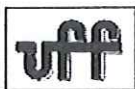
ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução a Economia*. São Paulo: Atlas, 1982.

SEPÚLVEDA, Sergio. *Desenvolvimento sustentável microrregional. Métodos para planejamento local*. Iica, 2005.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOLILA, PAUL. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007. 143 p.

WELLEN, Henrique André Ramos. *Contribuição à crítica da economia solidária*. In: Revista *katálysis*, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

Niterói, 27/11/2014

Eu, **MARINA BARROS DE ABREU**, CPF 137.897.267-88 formando(a) do curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada **"SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA CRIATIVA E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A REDE FITOVIDA E A RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E CULTURA"**, defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.

MARINA BARROS DE ABREU